



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/3/2015

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* da Sra. Elisabete Arenque, em que solicita espaço na Assembleia Legislativa para reuniões quinzenais do movimento Matraca, composto por artistas e organizações da área cultural. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 377/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado convite ao Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Secretário de Estado de Cultura, para apresentação dos programas estruturadores que nortearão a gestão das políticas culturais do Estado;

nº 648/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada visita à Fundação de Arte de Ouro Preto com a finalidade de conhecer projetos e programas desenvolvidos pela instituição;

nº 651/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, no Município de Mariana, as políticas públicas para a área da cultura na região dos Inconfidentes;

nº 793/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja ouvida, na reunião do dia 25/03/2015, a Sra. Bárbara Cristina de Souza Maia, representante do Ballet Jovem do Palácio das Artes;

nº 794/2015, dos deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges e das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para a manutenção do Ballet Jovem do Palácio das Artes e a continuidade dos projetos de profissionalização da Fundação Clóvis Salgado;

nº 796/2015, dos deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para que o Ballet Jovem da Fundação Clóvis Salgado possa continuar utilizando as instalações da referida Fundação para as atividades do grupo;

nº 798/2015, dos deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges e das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro, em que solicitam seja formulado convite ao Secretário de Estado de Cultura para que apresente, juntamente com sua equipe, os programas e projetos para o próximo quadriênio, em audiência pública da Comissão de Cultura, com a participação de representantes de entidades culturais e da sociedade civil, de forma a colher sugestões para aprimorá-los.

Submetido a votação, é aprovado o relatório de visita desta comissão ao Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura, realizada no dia 12/3/2015, publicado anexo. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Bárbara Cristina de Souza Maia, bailarina do Ballet Jovem do Palácio das Artes, que é convidada a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações



iniciais. Logo após, passa a palavra à convidada, para que faça suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2015.

Bosco, presidente - Wander Borges - Cristina Corrêa.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Cultura

Local visitado: Secretaria de Estado de Cultura

Apresentação

A requerimento dos deputados Bosco, Cristina Corrêa, Wander Borges, Thiago Cota e Ione Pinheiro, a Comissão de Cultura visitou, no dia 12/3/2015, a Secretaria de Estado de Cultura, na Cidade Administrativa Tancredo Neves, com o objetivo de conhecer os programas, os projetos e o planejamento da Secretaria de Estado de Cultura para o quadriênio.

Participaram da visita os deputados autores do requerimento, que foram recebidos pelo Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura, e pelo Sr. Bernardo Mata Machado, secretário adjunto.

Relato

Durante a visita, os parlamentares puderam ouvir sobre os temas que serão priorizados no planejamento das políticas culturais no Estado. Também debateram sobre a continuidade ou transformação de projetos existentes, sobretudo no que se refere à proteção do patrimônio cultural, ao apoio às bandas de música, ao financiamento de projetos culturais e à valorização da diversidade cultural mineira.

De acordo com o Sr. Ângelo Oswaldo, secretário de Estado de Cultura, está sendo concluído um diagnóstico dos programas desenvolvidos pelos órgãos da área de cultura, de modo a subsidiar a elaboração do próximo PPAG, a partir da diretriz de governo que tem como foco a descentralização, regionalização e circulação de bens e serviços culturais. A nova gestão do Circuito Cultural Praça da Liberdade buscará maior integração dos equipamentos, com o objetivo de articular-se um corredor cultural em conjunto com a Praça da Estação. O Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, cuja sala de concertos já está em funcionamento - a Sala Minas Gerais -, será concluído na forma prevista, após algumas adequações nos projetos das sedes da Rede Minas e da Rádio Inconfidência.

No caso desses dois equipamentos de difusão da cultura, está-se buscando uma atuação conjunta com o Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel - e as emissoras do interior, com vistas a que se estabeleça uma programação que propicie melhores meios de expressão da diversidade cultural existente no Estado.

Sobre a Fundação Clóvis Salgado e seus grupos culturais associados, como o Ballet Jovem, a Big Band e o Grupo de Choro, cujas atividades foram encerradas por falta de recursos, o secretário esclareceu que o diálogo com esses grupos está sendo mantido, de modo a que se encontrem soluções para sua sustentabilidade.

Sobre as políticas de proteção ao patrimônio cultural, o secretário ressaltou que o programa Minas Patrimônio Vivo, coordenado pelo Iepha, será relançado, incluindo ações que valorizem a cultura afro-brasileira, além do restabelecimento do Centro de Tradições Mineiras e da Comissão Mineira de Folclore.

No que se refere aos recursos orçamentários e àqueles destinados ao financiamento de projetos culturais, o secretário ressaltou que a situação é extremamente restritiva, tanto no que diz respeito ao Fundo Estadual de Cultura - cuja previsão orçamentária é de pouco mais de R\$400 mil para 2015 -, quanto da renúncia fiscal no âmbito da Lei Estadual de Incentivo à Cultura - cujos recursos estariam comprometidos até 2017. Mas, segundo ele, toda a pasta da Cultura está comprometida com a busca de alternativas de financiamento, de modo a otimizar, equalizar e descentralizar a aplicação dos recursos. Afirmou também que será constituído, pelo governador do Estado, um comitê de patrocínios para conferir maior transparência ao financiamento de projetos culturais patrocinados pelas estatais mineiras. Além disso, afirmou ser favorável ao aprimoramento da Lei do ICMS Solidário, de modo a desburocratizar os procedimentos e avançar no fomento às políticas locais de patrimônio cultural.

O Sr. Bernardo Mata Machado, secretário adjunto de Cultura, destacou os marcos legislativos constitutivos do Sistema Estadual de Cultura e a importância da parceria com a Comissão de Cultura para discussão dessas normas a serem encaminhadas à ALMG pelo Poder Executivo ainda em 2015.

Por fim, os deputados formalizaram o convite para que o Secretário de Cultura e sua equipe possam vir à ALMG apresentar suas propostas e ouvir as sugestões de representantes das entidades culturais e da sociedade civil para o planejamento da área.

Conclusão

Os deputados puderam, com essa primeira visita da comissão à Secretaria de Estado de Cultura, estabelecer o primeiro passo para o diálogo, a parceria e o incentivo à participação dos cidadãos mineiros, tendo em vista o objetivo comum de buscar ouvir as diferentes regiões de Minas Gerais e articular os municípios na discussão das políticas culturais para o Estado.

Para dar prosseguimento ao diálogo entre a Secretaria de Estado de Cultura, a Comissão de Cultura e a sociedade mineira, os deputados presentes à visita convidaram o secretário de Estado de Cultura para participar de uma audiência pública nesta Casa com a finalidade de apresentar aos demais parlamentares, aos representantes de entidades culturais e à sociedade civil os programas e projetos da área para o próximo quadriênio e aprimorá-los com as sugestões colhidas no evento.

Assim, os deputados da Comissão de Cultura encaminham o requerimento anexo ao seu presidente para formalizar o convite verbalizado durante a visita.

Sala das Comissões, 25 de março de 2015.

Bosco, presidente - Wander Borges - Cristina Corrêa - Thiago Cota - Ione Pinheiro.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Cultura:

Os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos regimentais, seja formalizado convite ao Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura, para que apresente, juntamente com sua equipe, os programas e projetos da área para o próximo quadriênio em audiência pública da Comissão de Cultura, com a participação de representantes de entidades culturais e da sociedade civil, de forma a colher sugestões para aprimorá-los.

Sala das Comissões, ... de ... de

Bosco - Wander Borges - Cristina Corrêa - Thiago Cota - Ione Pinheiro.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 11h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Avelar Oliveira e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Vítor Xavier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.063/2015, dos deputados Rogério Correia e Iran Barbosa, em que solicitam seja realizada reunião conjunta das Comissões de Esporte, Lazer e Juventude e de Administração Pública para debater o contrato da parceria público-rivada -PPP- firmado entre o governo do Estado, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo - Secopa - e a empresa Minas Arena, para a reforma e modernização do Mineirão, bem como a obras, a exploração, a operação e a manutenção do estádio.

nº 1.064/2015, do deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Esporte Lazer e Juventude ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB - e à comissão organizadora dos Jogos Olímpicos de 2016 - Rio 2016 - para debater a indicação de Minas Gerais e conhecer os processos de preparação e realização dos jogos olímpicos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente - Fábio Avelar Oliveira - Geraldo Pimenta.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 15h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Neilando Pimenta e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Durval Ângelo, João Leite, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Duarte Bechir, João Vítor Xavier, Glaycon Franco, Felipe Attiê e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a concessão e a exploração do trecho da BR-040, que liga Juiz de Fora a Brasília. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Marcilene Jacinto Queiroz e demais vereadores de Patrocínio e Cruzeiro de Fortaleza que a subscrevem, solicitando apoio para inclusão dos Municípios de Patrocínio e Cruzeiro de Fortaleza no Programa Caminhos de Minas; e dos Srs. Murilo de Campos Valadares, indicando o Sr. Adalberto Bahia, diretor de projetos do DER-MG para representá-lo nessa audiência pública; Wilson Marra de Oliveira, vereador de Coromandel, solicitando apoio para o recapeamento e a pavimentação da rodovia que liga Coromandel a Patrocínio. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Adalberto Bahia, diretor de projetos do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, representando Célio Dantas de Brito, diretor-geral do DER-MG, e Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Frederico Moutinho de Souza, gerente de relações institucionais, representando Túlio Abi-Saber, presidente da concessionária Via 040; Ricardo Luís da Mata Machado, representante da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT - e coordenador da concessão à Via 040; Odair Júnior, engenheiro civil da concessionária Via 040; Vicente de Paulo Resende, prefeito do Município de Três Marias; César Borba, prefeito do Município de São Gonçalo do Abaeté; José Aparecido Ribeiro, presidente do Conselho de Políticas Urbanas da ACMinas; Fernando Benício de Oliveira Paula, diretor-presidente da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Rogério Borchert, síndico do Condomínio Sete Lagos; Guilherme Campos, representante da concessionária via 040; Luiz Geraldo Fonseca Nascimento, presidente da Câmara Municipal de Três Marias, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Isaura Calais e Anselmo José Domingos, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a saída da reunião do deputado Sargento Rodrigues e a presença do deputado Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 371/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Deiró Marra, presidente - Anselmo José Domingos - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 16/4/2015

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leandro Genaro, Doutor Jean Freire e João Alberto, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leandro Genaro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 30/12/2014: ofício do Sr. Rodrigo Flecha Ferreira Alves, superintendente de Regulação da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 10.701/2014, encaminhado por meio do Ofício nº 2.983/2014/SGM; e *e-mail* recebido em 30/3/15, com convite da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento para a 45ª Assembleia Nacional sobre Saneamento Ambiental, de 24 a 29/5/2015, em Poços de Caldas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.169/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as soluções e alternativas para o abastecimento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma vez que os reservatórios que a abastecem estão em níveis críticos e os Municípios enfrentam dificuldades de abastecimento em função da crise hídrica. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2015.

Iran Barbosa, presidente - Arnaldo Silva - Doutor Jean Freire - João Vítor Xavier.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.193/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que solicitam seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre como são realizados os atendimentos policiais às ocorrências de furtos qualificados mediante rompimento de obstáculos;

nº 1.194/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais civis lotados na 3ª Delegacia de Polícia Civil de Passos pela participação na investigação, feita pela Agência de Inteligência Policial em parceria com o Departamento Estadual de Investigação Criminal do Estado de São Paulo, que acarretou a prisão de membros de quadrilha que atuava em vários municípios da região e a apreensão de grande quantidade de explosivos e armas;

nº 1.195/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que solicitam seja realizada visita à área integrada de segurança pública instalada no Bairro Serra, nesta capital, para conhecer a estrutura do local e a forma de trabalho ali desenvolvido;

nº 1.196/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.722/12, que disciplina normas sobre o porte, a aquisição, a posse e a circulação de armas de fogo e munições, em tramitação no Congresso Nacional;

nº 1.197/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública no Município de Paracatu, o aumento significativo dos índices de violência e criminalidade locais, conforme noticiado pelo vereador Almir Camilo Andrade;

nº 1.198/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para a destinação do imóvel no qual se encontrava instalada a Escola Estadual Angelina Nascimento para o funcionamento do quartel do 44º Batalhão da Polícia Militar, sediado no Município de Almenara;

nº 1.199/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Paulo Lamac e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, à Presidência e à Corregedoria do Tribunal de Justiça pedido de providências para a instauração de processo administrativo disciplinar em face do Sr. Omar Gilson de Moura Luz, juiz de direito da Vara Criminal da Comarca de Viçosa, pela referência desrespeitosa aos trabalhos do Poder Legislativo, bem como aos deputados estaduais que estiveram presentes em audiência pública realizada em 13/4/2015 com a finalidade de debater a situação de violência vivenciada pelos munícipes de Viçosa e região;

nº 1.200/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam realizadas visitas às delegacias especializadas de atendimento a mulher desta capital com o objetivo de verificar as condições de trabalho do efetivo nelas lotado, bem como as condições estruturais e a logística de solução porventura adotada, considerando o aumento da violência praticada contra as mulheres e a necessidade de resposta efetiva e rápida pela polícia judiciária;

nº 1.201/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e aos membros do Conselho Permanente, constituído no Decreto nº 44.488, de 15/3/2007, manifestação de repúdio à concessão da Medalha



da Inconfidência, honraria mais importante de Minas Gerais, ao Sr. João Pedro Stedile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;

Nº 1.277/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião no Município de Além Paraíba, em caráter de urgência, para debater, em audiência pública, as soluções para o aumento dos índices de violência e criminalidade locais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados o Requerimento nº 1.162/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada diligências a fim de viabilizar a restauração do imóvel que hoje abriga o Museu de Patrocínio. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Bosco, presidente - Cristina Corrêa - Thiago Cota - Wander Borges.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Douglas Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as mudanças adotadas pelas operadoras de telefonia móvel para o bloqueio do acesso à internet pelos clientes de planos pós-pagos e pré-pagos que atingem a franquia mensal contratada e solicitar as providências cabíveis. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sabrina Ielo, defensora pública especializada em defesa do consumidor, representando a Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado; Eliza Vieira Leonel, superintendente de relacionamento com os consumidores da Anatel, representando o Sr. João Batista de Rezende, presidente dessa agência reguladora, e Fernanda Oliveira Laranja Pinto, executiva de relacionamentos institucionais de Minas Gerais da TIM Brasil; e os Srs. Marcelo Rodrigo Barbosa, gerente-geral do Procon Assembleia; Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, consultor de relações institucionais da Vivo; José Luiz Gattás Hallak, diretor de relações institucionais da Oi, e Gabriel Guimarães, gerente de marketing da Claro, representando o Sr. Alexandre Almeida da Silva, gerente jurídico dessa empresa, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.241/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Noraldino Júnior, Douglas Melo, Roberto Andrade e Elismar Prado, em que solicitam seja encaminhado pedido de providências à Defensoria Pública do Estado para ajuizamento de ação civil pública específica em face das operadoras de telefonia celular móvel, com o objetivo de impedir que seja realizado o bloqueio de acesso à internet após o fim da franquia de dados do plano de serviço adquirido pelo consumidor mineiro;

nº 1.243/2015, dos deputados Elismar Prado, Sargento Rodrigues, Roberto Andrade, Douglas Melo e Noraldino Júnior, em que solicitam seja encaminhado pedido de providências à Anatel para que a fiscalização às operadoras de telefonia celular seja efetiva, especialmente no que se refere ao bloqueio de acesso à internet após o fim da franquia de dados do plano de serviço contratado pelo consumidor e que sejam aplicadas às operadoras as medidas penais e administrativas cabíveis quando houver descumprimento de deliberações e resoluções legais no âmbito dessa agência reguladora;

nº 1.246/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Elismar Prado e Douglas Melo, em que solicitam seja encaminhado pedido de providências à Defensoria Pública do Estado para ajuizamento de ação civil pública específica para que as operadoras de telefonia móvel sejam proibidas de cancelar ou interromper planos de SMS ilimitados, que impedem o envio de novas mensagens após ter sido atingido certo limite; e

nº 1.248/2015, dos deputados Douglas Melo, Elismar Prado, Roberto Andrade, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, em que solicitam sejam encaminhadas à Associação Procons Brasil as notas taquigráficas desta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2015.

Elismar Prado, presidente - Sargento Rodrigues - Douglas Melo - Noraldino Júnior.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariana de Paula e Souza Renan, chefe de gabinete do Instituto Estadual de Florestas (26/3/2015 e 2/4/2015), e dos Srs. João Cruz Reis Filho, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (7/4/2015); Bernardo Novais da Mata Machado, secretário adjunto de Cultura (26/3/2015); Bernardo Santana de Vasconcelos, secretário de Defesa Social (7/4/2015); Hércules Macedo, chefe de gabinete da Secretaria de Educação (26/3/2015 e 7/4/2015); Antônio Armando dos Anjos, subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas (7/4/2015); Fausto Pereira dos Santos, secretário de Saúde (7/4/2015); Ricardo Mascarenhas Lopes Caçado Diniz, relações institucionais da Regional Minas do Grupo Telefônica-Vivo no Brasil (27/3/2015); e Ricardo Campos, diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (26/3/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.237/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as diretrizes de participação popular propostas pelo governo do Estado;

nº 1.238/2015, do deputado Fábio Cherem, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o cumprimento do disposto no Decreto nº 40.404, de 11 de junho de 1999, que trata da destinação ao Fundo para a Infância e Adolescência de importância correspondente a 1% (um por cento) do imposto de renda das sociedades de economia mista e das empresas integrantes da administração indireta do Poder Executivo do Estado;

nº 1.239/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Participação Popular, de Direitos Humanos e de Segurança Pública para debater, em audiência pública, as causas, consequências e os custos sociais e econômicos da violência, morte e do desaparecimento de jovens negros no Estado, conforme solicitado pela Coordenação Nacional das Entidades Negras;

nº 1.240/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para análise da possibilidade de inclusão, na grade da TV Assembleia, de programação permanente sobre o conceito contemporâneo de família e temas correlatos, de modo a dar continuidade aos debates e demandas da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Participação Popular e Direitos Humanos.

nº 1.242/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada visita conjunta das Comissões de Participação Popular e de Direitos Humanos para verificar as supostas irregularidades na distribuição de casas do Programa Minha Casa Minha Vida apuradas pela Câmara Municipal de Almenara;

nº 1.244/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e Direitos Humanos, no Município de Almenara, para debater, em audiência pública, as supostas irregularidades na distribuição de casas do Programa Minha Casa Minha Vida, constatadas pela Câmara Municipal de Almenara;

nº 1.245/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público conjunto das Comissões de Participação Popular, Assuntos Municipais e Regionalização e Meio Ambiente para tratar da legislação e da gestão das regiões metropolitanas em Minas Gerais, tendo em vista a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.089, de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole;

nº 1.247/2015, da deputada Marília Campos, do deputado João Leite e do deputado Fábio Cherem, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas para tratar de assuntos relacionados ao transporte metropolitano, ao sistema BRT-Move e ao metrô na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Registra-se voto contrário à aprovação do requerimento nº 1.240/2015, do deputado João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2015.

Doutor Jean Freire, presidente - Fábio Cherem - João Leite - Professor Neivaldo.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge, Missionário Marcio Santiago, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Rosângela Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o programa Crack, É Possível Vencer, do governo federal, o programa estadual Aliança pela Vida e a expansão das vagas de tratamento para usuários e dependentes de substâncias psicoativas e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Wellington Antônio Vieira, presidente da Federação das Comunidades Terapêuticas Evangélicas do Brasil; Rafael Miranda Alves Pereira, subsecretário de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado de Defesa Social; Rangel Sá de Oliveira, técnico do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de

Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; Aloísio Andrade, presidente do Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas; Cloves Eduardo Benevides, presidente da Associação Mineira de Comunidades Terapêuticas; e Robert William Carvalho, presidente do SindTerapêutica-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra à deputada Ione Pinheiro e aos deputados Missionário Márcio Santiago, Léo Portela e Leandro Genaro, também coautores do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.253/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Antônio Lerin, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para ouvir o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e debater a expansão de programa Crack, É Possível Vencer no Estado;

nº 1.254/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a data e o horário previstos para o pagamento, atrasado desde fevereiro deste ano, dos recursos referentes ao Cartão Aliança pela Vida;

nº 1.256/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de entidades que aguardam credenciamento no programa Aliança pela Vida e sobre o cronograma de aprovação de negativas, bem como sobre a situação em que se encontra cada processo;

nº 1.260/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações, relativamente ao programa Aliança pela Vida, sobre o número de entidades que solicitaram mudança no contrato do módulo I para o módulo II, o *status* de cada processo de mudança no contrato, os prazos para a efetivação dos contratados e o motivo para o impedimento de internação em comunidades terapêuticas contratadas a partir de janeiro deste ano;

nº 1.263/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja formulada à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e à Secretaria de Estado de Saúde manifestação de repúdio pelo não comparecimento de seus representantes, previamente convidados, na audiência pública desta comissão em 23/4/2015;

nº 1.264/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja o secretário de Estado de Saúde convocado para audiência pública para discutir questões relativas ao programa Aliança pela Vida; e

nº 1.265/2015, das deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Leandro Genaro e Antônio Jorge, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os motivos para a suspensão do edital de credenciamento das comunidades terapêuticas no âmbito do programa Aliança pela Vida, da reabertura desse edital e da definição dos prazos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Antônio Jorge, presidente - Missionário Márcio Santiago - Ione Pinheiro.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as demandas e dificuldades dos pequenos hospitais da região Norte e o impacto da judicialização da saúde nos municípios. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Raquel Muniz, deputada federal; Olívia Pereira de Loiola, superintendente regional de saúde de Montes Claros; Ana Paula de Oliveira Nascimento, secretária municipal de Saúde de Montes Claros; Wanessa dos Anjos Dias, secretária municipal de Saúde de Monte Azul e presidente do Cosems de Montes Claros; e os Srs. Ruy Adriano Borges Muniz, prefeito municipal de Montes Claros; José Marcos Martins de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Montes Claros; João Paulo Alvarenga Brant, promotor de justiça da 11ª Promotoria de Justiça de Montes Claros; Itagiba de Castro Filho, presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Heli de Oliveira Penido, provedor da Santa Casa de Montes Claros; Paulo César Gonçalves de Almeida, provedor do Hospital Aroldo Tourinho; José Otávio Braga Lima, superintendente do Hospital Universitário Clemente de Faria; Enius Freire Versiani, coordenador do Samu Macro Norte; Antônio César dos Santos, superintendente da Fundação de Saúde Dilson de Quadros Godinho, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como coautor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos demais deputados coautores e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:



nº 1.293/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Carlos Pimenta, Ricardo Faria e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para dar prosseguimento à licitação para construção do Hospital do Trauma em Montes Claros;

nº 1.294/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria, Doutor Jean Freire e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para estudar a viabilidade de reorganização do Plano Diretor de Regionalização, dividindo a Macrorregião Norte em duas macrorregiões, visto que a referida macrorregião atende a cerca de 1.600.000 pessoas atualmente;

nº 1.295/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria, Doutor Jean Freire e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para elevar o limite financeiro disponível aproximadamente em R\$25.000.000,00 ao ano para custeio das ações e dos serviços de saúde do Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar da Macrorregião de Montes Claros;

nº 1.296/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria, Doutor Jean Freire e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para analisar a possibilidade de criação de três redes de hospitais microrregionais na Macrorregião Norte visando a uma gestão de saúde mais eficiente;

nº 1.297/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para manter a Sra. Olívia Pereira de Loiola na Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros, em virtude do seu trabalho no referido órgão, por solicitação do Ministério Público, na pessoa do Sr. João Paulo Alvarenga Brant, da 11ª Promotoria de Justiça desse município;

nº 1.298/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Ricardo Faria e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da Macrorregião Norte do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Doutor Jean Freire - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2015

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da liderança do PT), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a crise do setor hoteleiro e de hospedagens em Belo Horizonte tendo em vista a baixa ocupação e fechamento de alguns empreendimentos e a discutir e a votar proposições. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nathália Farah Laranjo, superintendente de Estruturas do Turismo, representando o Sr. Mário Henrique da Silva, secretário de Estado de Turismo; Patrícia Coutinho, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - Minas Gerais - Abih-MG -; e os Srs. Mauro Guimarães Werkema, presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte - Belotur -; Fernando Viana Cabral, presidente da Companhia Mineira de Promoções - Prominas -; José Cosme da Costa, vice-presidente dos Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte, representando o Sr. Paulo Cesar Marcondes Pedrosa, presidente do Sindicato - Sindhorb -; Fernando Júnior, presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Anderson Souza Rodia, presidente do Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau; Luiz Eduardo da Silva Maya, gastrônomo e chefe proprietário do Centro Culinário; Marcos Valério Rocha, coordenador regional da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação - FBHA -; Theodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais; Ruy Barbosa de Araújo Filho, vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas; Eujácio Antônio Silva, presidente do Jornal Edição do Brasil e diretor da Associação dos Jornalistas de Turismo - Abrajat -, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao coautor do requerimento, deputado Roberto Andrade, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.078/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Roberto Andrade, e Fábio Avelar Oliveira, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca do conjunto de impactos para o consumidor final produzidos em decorrência da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - incidente sobre operações internas de álcool combustível (etanol), de 19% para 14%;

nº 1.278/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião na região do Sul de Minas para, em audiência pública, averiguar os avanços e problemas da Rodovia MG-050 que repercutem diretamente no turismo e no desenvolvimento econômico regional;

nº 1.279/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado pedido de providências à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais - Codemig -, para modernização do Estatuto Social da



Companhia Mineira de Promoções - Prominas -, com vistas a facilitar e aumentar a captação de eventos para os espaços geridos pela Prominas;

nº 1.280/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado pedido de informações O presidente da Cemig Distribuição, solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de racionamento de energia na Região Metropolitana de Belo Horizonte e fornecimento de energia para empreendimentos hoteleiros;

nº 1.281/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas a elaborar estudo sobre a possibilidade de instituir isenção de ISS e IPTU até 2020 aos estabelecimentos hoteleiros que não se utilizaram da Lei Municipal nº 9.952, de 2010, com vistas a possibilitar a operação continuada daqueles empreendimentos;

nº 1.282/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências com vistas a elaborar estudo sobre a possibilidade de instituição de regime especial de tributação em matéria de ICMS para redução da alíquota incidente sobre serviços de utilidade pública para os empreendimentos hoteleiros instalados no Estado, com vistas a moderar os custos operacionais enfrentados por aqueles empreendimentos;

nº 1.283/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins, com vistas a conhecer e acompanhar o andamento das obras de expansão;

nº 1.284/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências com vistas a reformular o edital de licitação da parceria público-privada do Centro de Convenções da Gameleira, de forma a possibilitar a célere instalação do citado equipamento;

nº 1.285/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita ao Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau;

nº 1.286/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas a promover a célere publicação do edital de licitação do Centro de Convenções de Belo Horizonte, a ser instalado na avenida Cristiano Machado, de forma a possibilitar a instalação do citado equipamento;

nº 1.287/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam sejam realizadas visitas à Expominas Gameleira e ao Minascentro;

nº 1.288/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Secretaria de Estado e Obras Públicas pedido de providências com vistas a elaborar estudo sobre a possibilidade de redução da tarifa de táxi no trecho Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins) - Belo Horizonte, de forma a favorecer a atração de eventos corporativos e de negócios;

nº 1.289/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências com vistas a elaborar estudo sobre a possibilidade de suspensão do licenciamento de novas unidades hoteleiras na capital até o ano de 2020, de forma semelhante ao que foi feito, com sucesso, no Município de Gramado, no Rio Grande do Sul;

nº 1.290/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Turismo, com vistas a conhecer os projetos e planejamento dessa pasta, bem como encaminhar as demandas apresentadas pelo segmento turístico em audiência pública realizada em 24 de abril de 2015;

nº 1.291/2015, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja enviado à presidente da Copasa pedido de informações e esclarecimentos sobre a possibilidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de água para empreendimentos hoteleiros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Fábio Avelar de Oliveira.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da cadeia pública localizada no Bairro Santos Dumont, no Município de Governador Valadares, bem como a criminalidade na região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ingrid Veloso Soares, promotora de justiça na Comarca de Governador Valadares; a Cap. BM Janine Gonçalves de Faria Rocha, representando o Corpo de Bombeiros Militar em Governador Valadares; e os Srs. Ancelmo China, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Governador Valadares, representando a prefeita municipal de Governador Valadares; Aduino Pereira da Silva, presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares; Adilson Aurélio Domiciano, secretário-geral da 43ª Subseção da OAB-MG, em Governador Valadares, representando o presidente dessa subseção da OAB-MG; Paulinho Costa, vereador da Câmara Municipal de Governador Valadares; Ailton Aparecido Lacerda, chefe do 8º Departamento de Polícia Civil de Governador Valadares; Thiago Alves Figueiredo, defensor público na Comarca de Governador Valadares; João Menezes de Souza, diretor da Cadeia Pública de Governador Valadares; Luciano Rodrigues de Moura, diretor regional da Associação dos Praças do



Nordeste Mineiro, representando o presidente dessa entidade; o Ten. Cel. PM Fabrício Casotti, comandante do 43º Batalhão de Polícia Militar de Governador Valadares; e o Sr. Genil Mata da Cruz, prefeito municipal de Central de Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.353/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja constituída comissão com representantes desta comissão, do Ministério Público, das Polícias Civil e Militar, da Câmara Municipal de Governador Valadares e da OAB-MG, para avaliar e solicitar junto à Secretaria de Estado de Defesa Social a construção de nova cadeia pública na Comarca de Governador Valadares;

nº 1.355/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhados à Presidência do Tribunal de Justiça, à Procuradoria-Geral do Ministério Público, à Defensoria Pública-Geral, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Prisional as notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em Governador Valadares, e pedido de providências para que seja realizado mutirão para a solução da situação dos presos da cadeia pública localizada no Bairro Santos Dumont, respeitadas as diretrizes da Lei de Execuções Penais;

nº 1.356/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que sejam transferidos para uma penitenciária estadual todos os presos condenados, com sentença transitada em julgado, hoje encarcerados na cadeia pública localizada no Bairro Santos Dumont, em Governador Valadares;

nº 1.361/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião em Martinho Campos para debater, em audiência pública, o aumento da criminalidade local e a falta de efetivo e estrutura de trabalho para a Polícia Militar;

nº 1.362/2015, do deputado Tito Torres, em que solicita seja realizada reunião em João Monlevade para discutir, em audiência pública, o aumento da criminalidade e da violência no município;

nº 1.363/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião para entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com os policiais militares lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar e na 17ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar pela participação em ocorrência, em Bueno Brandão, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, coletes a prova de balas, granada, banana de dinamite e quantia em dinheiro e na prisão de sete pessoas;

nº 1.364/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências para a formulação de estudos técnicos objetivando a transformação do pelotão da Polícia Militar situado no Município de Elói Mendes em pelotão especial;

nº 1.365/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o quadro de violência na Região Metropolitana do Vale do Aço, suas causas e consequências;

nº 1.366/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada reunião em Araçuaí, para debater, em audiência pública, as estratégias de combate a criminalidade e as ações de prevenção.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o cronograma e o andamento das obras de duplicação da BR-381 bem como a duplicação do trecho Governador Valadares-Belo Horizonte, incluindo os estudos contratados e aprovados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit - para os melhoramentos e a duplicação do trecho, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Alan Fabrício Duarte, chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização da Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais, e Renato Alves Messias, chefe da Delegacia Metropolitana da Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais, representando o superintendente regional da 4ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal de Minas Gerais; Ricardo Luiz Medeiros Meirelles, coordenador do Comitê Gestor da BR-381-MG Norte, e Sérgio de Oliveira Costa Garcia, coordenador de Obras Campo da BR-381-MG Norte, representando o superintendente regional interino da Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais; Márcio Antônio Moreira, presidente da Associação dos Bairros Borges, Vila Amélia Moreira e São Rafael do Município de Sabará; Ailton Gomes da Silva e Wellington Duarte, vereadores da Câmara Municipal de Sabará, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença do deputado Celinho do Sinttrocel (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM). A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta. A seguir, a presidência passa a palavra à deputada Rosângela Reis, também autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retiram-se do recinto os deputados Carlos Pimenta e Tito Torres. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:



nº 1.301/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a autonomia e as atribuições da fiscalização integrada no Município de Belo Horizonte;

nº 1.302/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva e Tito Torres, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater assuntos relativos ao Minas Comunica, projeto de prestação de serviços de telefonia móvel, criado em 2007, que beneficiará o total de 692 distritos, com conclusão prevista para março de 2016;

nº 1.303/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Agência Regional Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre o teor e viabilidade do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015;

nº 1.304/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais pedido de providências para a priorização da conclusão do projeto do centro de convenções de Poços de Caldas, com previsão de edificação na região sul desse município;

nº 1.313/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Pimenta e Tito Torres, em que solicitam sejam encaminhadas à presidente da República, ao Ministério do Planejamento, ao Ministério dos Transportes, à Superintendência do Dnit em Minas Gerais e à chefia do Dnit em Brasília as notas taquigráficas desta reunião;

nº 1.314/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Dnit pedido de providências com vistas à instalação de passarela na Rodovia BR-381, na altura do Bairro Bom Destino, e a instalação de iluminação pública no referido trecho;

nº 1.315/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Dnit e à Polícia Rodoviária Federal pedido de providências para a instalação de redutores de velocidade na Rodovia BR-381, na altura da comunidade de Posse, em Caeté;

nº 1.316/2015, deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Dnit pedido de providências para a instalação de redutores de velocidade, placas de sinalização e pontos de ônibus ao longo da BR-381, na altura do Bairro Bom Destino, em Santa Luzia;

nº 1.317/2015, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União pedido de providências com vistas ao aumento do valor das indenizações relativas às desapropriações decorrentes das obras de duplicação e expansão da Rodovia BR-381.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente - Rosângela Reis - Geisa Teixeira.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

Às 10h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Rodrigo Fonseca dos Santos, parabenizando esta Casa pelo Projeto de Lei nº 61/2015 e solicitando celeridade na tramitação dele. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 316, 851, 858, 890, 897, 902, 922, 923, 931, 935, 937, 960, 966, 980, 987, 993, 1.006, 1.009, 1.012, 1.037, 1.038, 1.048, 1.070, 1.074, 1.084, 1.086, 1.095, 1.100, 1.104 e 1.112/2015 (Antônio Jorge); 781, 790, 853, 887, 893, 896, 899, 907, 915, 924, 933, 936, 939, 948, 953, 967, 975, 977, 985, 992, 998, 1.020, 1.022, 1.026, 1.036, 1.043, 1.089, 1.103 e 1.114/2015 (Bonifácio Mourão); 782, 791, 843, 847, 895, 904, 910, 913, 925, 927, 941, 949, 952, 955, 974, 979, 986, 996, 1.005, 1.013, 1.017, 1.028, 1.044, 1.047, 1.069, 1.079, 1.094, 1.107 e 1.111/2015 (Cristiano Silveira); 854, 898, 905, 908, 911, 919, 926, 928, 938, 946, 947, 950, 951, 965, 970, 978, 988, 995, 1.000, 1.008, 1.019, 1.027, 1.030, 1.042, 1.049, 1.059, 1.087, 1.092, 1.105 e 1.110/2015 (Isauro Calais); 695, em virtude de redistribuição, 844, 846, 849, 852, 875, 894, 900, 921, 932, 942, 944, 957, 958, 972, 973, 982, 984, 990, 1.003, 1.007, 1.015, 1.016, 1.024, 1.045, 1.056, 1.071, 1.075, 1.081, 1.091, 1.108, 1.124 e 1.115/2015 (João Alberto); 885, 886, 892, 912, 945, 961, 962, 968, 983, 1.014, 1.031, 1.033, 1.035, 1.039, 1.040, 1.046, 1.082, 1.093 e 1.101/2015 (Leonídio Bouças); 842, 845, 856, 889, 901, 906, 914, 917, 918, 930, 954, 959, 964, 976, 981, 989, 991, 1.004, 1.011, 1.018, 1.021, 1.052, 1.062, 1.072, 1.080, 1.085, 1.097, 1.102, 1.109, 1.118 e 1.125/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Resolução nº 3/2015 e o Projeto de Lei nº 635/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão, a requerimento do deputado João Alberto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 9/2015 (relator: deputado João Alberto) e do Projeto de Lei nº 35/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 589 (relator: deputado Isauro Calais) e 725/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 60/2015 (relator: deputado Isauro Calais) e 127/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 159/2015, no 1º turno, deixa de ser



apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado João Alberto. Registra-se a saída do deputado Cristiano Silveira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 228, 557, 655/2015, todos na forma do Substitutivo nº 1, e 315/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado João Alberto); 262/2015 e 550/2015 na forma do Substitutivo nº1 (relator: deputado Isauro Calais); 334/2015 na forma do Substitutivo nº1 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 240, 399, 481 e 539/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). São convertidos em diligência: à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 264/2015 (relator: deputado Isauro Calais); à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao prefeito municipal de Viçosa o Projeto de Lei nº 362/2015; ao autor, à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao prefeito municipal de Cajuri o Projeto de Lei nº 369/2015; à Secretaria de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 375/2015; à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e ao prefeito municipal de Brasília de Minas o Projeto de Lei nº 425/2015 (relator: deputado João Alberto); à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 423/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 714, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 386/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Isauro Calais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 692/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro); 694/2015 (relator: deputado João Alberto) e 730/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 434, 599, 718 a 721, 729, 731 a 734 e 736/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Professor Neivaldo e Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater perícias médicas no Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças relacionadas ao Trabalho e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Marta de Freitas, coordenadora do Fórum Sindical e Popular de Saúde do Trabalhador e diretora de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde; e os Srs. Walcir Previtalo Bruno Dantas de Oliveira, secretário de Saúde do Trabalhador da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT e membro da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador; Rogério de Oliveira Silva, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia; José Carlos do Vale, membro da Ação Sindical Mineral; Guilherme da Silva Coelho Neto, coordenador de Saúde do Trabalhador da Federação Sindical Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais; Antônio Pádua Aguiar, secretário de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Belo Horizonte, Contagem e Região, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.357/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada visita ao Ministério da Previdência Social para discutir as demandas apresentadas na 7ª Reunião Extraordinária dessa comissão, realizada em 28/4/2015, que debateu as perícias médicas no Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionadas ao Trabalho;

nº 1.358/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, questões de saúde relacionadas aos trabalhadores efetivos e terceirizados da Cemig;

nº 1.359/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião no Município de Bom Despacho para debater, em audiência pública, a suspensão de coletas de sangue realizadas no posto avançado de coleta externa nessa localidade.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Glaycon Franco - Geraldo Pimenta.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015**

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel, Isauro Calais e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tito Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marco Aurélio Crocco Afonso, presidente do BDMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 222/2015, desta comissão (16/04/2015), e do Delegado Edson Moreira, deputado federal, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 217, 218 e 650/2015, desta comissão (24/04/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 269, 289, 401, 421, 594 e 604/2015, todos em turno único (Celinho do Sinttrocel); Projetos de Lei nºs 393, 472, 473 e 561/2015, todos em turno único (Geisa Teixeira); Projetos de Lei nºs 387 e 400/2015, ambos em turno único (Isauro Calais). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.307/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião audiência pública para debater o atendimento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – no Vale do Aço;

nº 1.308/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os impactos negativos da possível aprovação do Projeto de Lei nº 4.330/2004, em tramitação no Congresso Nacional;

nº 1.309/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em Uberlândia, para debater, em audiência pública, os desdobramentos da Lei Complementar nº 100/2007, com ênfase no Instituto de Previdência dos Servidores da Educação;

nº 1.310/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.330/2004, em tramitação no Senado Federal;

nº 1.311/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizado debate público para discutir os índices de desemprego no Estado e as políticas para seu combate;

nº 1.312/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação dos profissionais de enfermagem de Minas Gerais, especialmente a jornada de trabalho e o piso salarial de tais profissionais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados João Magalhães, Luiz Humberto Carneiro e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Luiz Humberto Carneiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do vereador Marcelo Marinho de Ávila, da Câmara Municipal de Diamantina, publicado no *Diário do Legislativo* em 17/4/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 401 e 440/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.305/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para a solução definitiva do problema relacionado com os procedimentos irregulares no registro de pessoas jurídicas no Cartório da Comarca de São Francisco, tendo em vista o grande prejuízo que a falta de registro das associações tem causado à comunidade, conforme abaixo-assinado;

nº 1.306/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, à Corregedoria-Geral de Justiça e ao governador do Estado pedido de providências para a solução definitiva do problema relacionado com os procedimentos irregulares no registro de pessoas jurídicas no Cartório da Comarca de São Francisco, tendo em vista o grande prejuízo que a falta de registro das associações tem causado à comunidade, conforme abaixo-assinado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Magalhães, presidente - Cabo Júlio - Cristina Corrêa - Agostinho Patrus Filho.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015**

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Anselmo José Domingos e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Fred Costa, convidando os membros desta comissão para a reunião da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização realizada hoje, dia 28/4, às 10 horas, no Auditório, que debateu acerca do cronograma e o andamento das obras de duplicação da BR-381; e de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. José Raimundo Gomes, presidente da Câmara Municipal de Caeté (17/4/2015), Juliano Lopes, vice-presidente da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte (17/4/2015) e Álvaro Campos de Carvalho, superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (24/4/2015). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 420/2015, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Anselmo José Domingos). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 494/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.318/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf - pedido de providências com vistas à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, no trecho da MG-122 que liga os Municípios de São Francisco e Pintópolis e no trecho da MG-401 que liga os Municípios de Matias Cardoso e Manga;

nº 1.319/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Transporte Terrestre pedido de informações acerca da metodologia de cálculo do provável reajuste tarifário a ser aplicado à tarifa básica de pedágio da BR-040, acordada no momento da licitação, tendo em vista que quase todo o trecho a ser duplicado antes do início da cobrança do pedágio está localizado em Goiás e que 10 das 11 praças de pedágio estão localizadas em Minas Gerais, em atenção aos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 8.987, de 1995, e ao art. 39, X, da Lei Federal nº 8.078, de 1990;

nº 1.320/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à concessionária Via 040 pedido de informações acerca da metodologia de cálculo do provável reajuste tarifário a ser aplicado à tarifa básica de pedágio acordada no momento da licitação, tendo em vista que quase todo o trecho a ser duplicado antes do início da cobrança do pedágio está localizado em Goiás e que 10 das 11 praças de pedágio estão localizadas em Minas Gerais, em atenção aos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 8.987, de 1995, e ao art. 39, X, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 ;

nº 1.321/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidente da República pedido de providências com vistas à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, com vistas à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, no trecho da MG-122 que liga os Municípios de São Francisco e Pintópolis e no trecho da MG-401 que liga os Municípios de Matias Cardoso e Manga;

nº 1.322/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado à Telefonia Claro e à Telefonia Vivo pedido de providências para instalação de torre de telefonia móvel na comunidade de São Lourenço, localizada a 8 km do Município de Itamarati de Minas;

nº 1.323/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, no trecho da MG-122 que liga os Municípios de São Francisco e Pintópolis e no trecho da MG-401 que liga os Municípios de Matias Cardoso e Manga;

nº 1.324/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a dificuldade da prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros por vans entre estados, diante da edição da Resolução nº 4.287/2014, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres -ANTT;

nº 1.325/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem -DER- pedido de providências com vistas à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, no trecho da MG-122 que liga os Municípios de São Francisco e Pintópolis e no trecho da MG-401 que liga os Municípios de Matias Cardoso e Manga;

nº 1.326/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a Resolução nº 1.166, editada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT -, que impede o transporte interestadual de vans e microônibus de passageiros;

nº 1.327/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências com vistas à construção de pontes sobre o Rio São Francisco, no trecho da MG-122 que liga os Municípios de São Francisco e Pintópolis e no trecho da MG-401 que liga os Municípios de Matias Cardoso e Manga;

nº 1.328/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a situação em que se encontram os motoristas das linhas de ônibus metropolitanos pela ausência de trocar ou auxiliar, o que apresenta risco à segurança dos passageiros e provoca atraso nas viagens;

nº 1.329/2015, do deputado Tito Torres, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas em Três Marias para debater, em audiência pública, a concessão da rodovia BR-040, no trecho entre Brasília e Juiz de Fora;



nº 1.330/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja realizada operação tapa buraco na MG-122, no trecho que liga o Município de Riacho dos Machados à BR-251, passando pela cidade de Montes Claros;

nº 1.331/2015, do deputado João Leite e do deputado Tito Torres, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a duplicação da BR-381, no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares;

nº 1.332/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para que seja realizada operação tapa buraco na MG-122, no trecho que liga o Município de Riacho dos Machados à BR-251, passando pela cidade de Montes Claros;

nº 1.333/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem -DER- pedido de providências para que seja realizada operação tapa buraco na MG-122, no trecho que liga o Município de Riacho dos Machados à BR-251, passando pela cidade de Montes Claros;

nº 1.334/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à retomada das obras de asfaltamento da MG-122, no trecho que liga os Municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados;

nº 1.335/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências com vistas à retomada das obras de asfaltamento da MG-122, no trecho que liga os Municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados;

nº 1.336/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Ministério dos Transportes para debater, com os respectivos representantes, a concessão da BR-040 à concessionária Via 040, haja vista que na audiência pública realizada nesta Casa no dia 14/4/15 foi apurado que a duplicação da rodovia no Estado não ocorrerá antes da cobrança do pedágio e que o contrato de concessão contém cláusulas que trarão prejuízos para os mineiros;

nº 1.337/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem -DER- pedido de providências com vistas à retomada das obras de asfaltamento da MG-122, no trecho que liga os Municípios de Porteirinha e Riacho dos Machados;

nº 1.338/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas para construção do subtrecho Brumadinho-Inhotim, na MG 040, com 3,17 km de extensão, da ponte de interligação do trecho sobre o Rio Paraopeba e do viaduto de interseção de acesso ao Museu de Arte Contemporânea, em Brumadinho, conforme Edital nº 19/2014, homologado sob o nº 0099979-2300/2014-3;

nº 1.339/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, o impasse na continuidade da implantação do metrô em Belo Horizonte;

nº 1.340/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a concessão e exploração do trecho da BR-040 que liga Juiz de Fora a Brasília, tendo em vista que a legislação obriga a duplicação mínima de dez por cento do total da obra para que seja iniciada a cobrança de pedágio;

nº 1.341/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, o retorno dos voos nacionais para o Aeroporto da Pampulha;

nº 1.342/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a situação de diversos loteamentos urbanos e rurais que não possuem iluminação pública ou fornecimento de energia elétrica, tendo em vista que muitos desses loteamentos são irregulares e as concessionárias não possuem documentação necessária para proceder à instalação dos equipamentos e a existência de um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e as concessionárias de energia elétrica que impede a referida instalação;

nº 1.343/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, as condições e as providências necessárias à recuperação e melhorias da sinalização na BR-354, especialmente no trecho compreendido entre os km 535 e 558, e também na BR-369, especialmente no trecho compreendido entre os km 22 e 24, nas proximidades da localidade de Retiro, no Município de São Francisco de Paula;

nº 1.344/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas para ampliação e calçamento da estrada que liga o Município de Lima Duarte ao Parque Estadual do Ibitipoca e ao Município de Santa Rita do Ibitipoca, e ao qual foi anexado abaixo-assinado da população interessada;

nº 1.345/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas à BR-354, especialmente ao trecho compreendido entre os km 535 e 558, e à BR-369, especialmente ao trecho compreendido entre os km 22 e 24, nas proximidades de Retiro, no Município de São Francisco de Paula, para verificar as condições e discutir sobre melhorias recuperação dessas rodovias;

nº 1.346/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, as condições e impactos da concessão do trecho da rodovia BR-040, entre Brasília e Juiz de Fora, com a presença dos prefeitos municipais dos municípios mineiros cortados pela referida rodovia;

nº 1.347/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a prestação dos serviços da Azul Linhas Aéreas no Vale do Aço e no Estado;

nº 1.348/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas em Uberlândia para debater, em audiência pública, a democratização da mídia;

nº 1.349/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a construção de duas agulhas de acesso da pista marginal da Rodovia MG-50, próximo ao quilômetro 69, junto a uma trincheira;



nº 1.350/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre a situação dos lotes ligados às obras da BR-381;

nº 1.351/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas para debater, em audiência pública, a mudança no cronograma dos voos do Aeroporto da Pampulha;

nº 1.352/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de informações sobre o cronograma das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Patrocínio, o prazo para retomada das obras, o seu valor global e o despendido até o momento;

nº 1.354/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, para debater, em audiência pública, a ampliação, o desenvolvimento e a expansão do sistema e infraestrutura aeroportuária do Estado;

nº 1.360/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas com o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República para discutir a reforma, a ampliação e a concessão de uma plataforma logística multimodal no sítio aeroportuário Tenente Coronel Aviador César Bombonato, em Uberlândia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada amanhã, 29/6/2015, na Câmara Municipal de Teófilo Otoni, com a finalidade de debater a situação de risco da Creche Lar da Criança, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Celinho do Sintrocel, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/4/2015

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião, aprova a ata e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a dar prosseguimento ao debate sobre as ações de conscientização a respeito dos transtornos do espectro do autismo - TEAs - e a necessidade da implementação de políticas públicas efetivas voltadas a pessoas com TEAs e a suas famílias. Registra-se a presença dos deputados Antônio Carlos Arantes, Gustavo Valadares, Felipe Attiê e Tito Torres. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Natália Inês Costa, diretora do Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção - Censa - Betim; Cláudia Oliveira Messias, terapeuta ocupacional da Secretaria Municipal de Saúde; Janete dos Reis Coimbra, coordenadora da área técnica de reabilitação da Secretaria Municipal de Saúde; Patrícia Carla Gomes, coordenadora de Saúde Mental da Prefeitura de Belo Horizonte; Kátia Ferraz, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e os Srs. Júlio César Alves, assessor da Coordenadoria dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de Belo Horizonte; Maurício da Silva Moreira Junior, presidente do Instituto Superação e vice-presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Duarte Bechir, presidente - João Leite - Tito Torres.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 9h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, João Alberto (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência do Sr. Cristiano Rodrigues dos Santos, detento no presídio da Comarca de São Lourenço, solicitando sua transferência para outro presídio, ou adoção de medidas cabíveis para sua proteção, e e-mail do Sr. Charles Gonçalves Dias solicitando informações sobre envio de documentação ou convocação para depoimento sobre assédio moral. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Luciana Ribeiro da Fonseca, promotora de justiça (24/4/2015), e do Sr. Alfredo Souza de Moraes Júnior, gerente-geral de Relações Institucionais da Agência Nacional de Saúde Suplementar (9/4/2015). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 440/2015, em turno único, para o qual designou como relator o deputado Paulo Lamac. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 260/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 433/2015.



Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.367/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Anselmo José Domingos, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Social, pedido de providências para instalação, no Estado, de casas de acolhimento ou centros de orientação às vítimas de alienação parental;

nº 1.368/2015, dos deputados Cristiano Silveira e Anselmo José Domingos, em que solicitam sejam encaminhadas à Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, à Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, à Presidência do Conselho Nacional de Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Federal de Medicina, à Defensoria Pública-Geral do Estado, à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Social as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária desta comissão;

nº 1.369/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para acompanhamento da apuração de assédio que vem sofrendo a servidora municipal Márcia Regina Ferreira, após denúncia formulada pela servidora sobre acúmulo de cargos e recebimento indevido de remuneração pelo prefeito municipal de Lagoa Santa;

nº 1.370/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizado debate público com a finalidade de discutir as perspectivas e desafios das políticas de direitos humanos;

nº 1.372/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a redução da maioria penal;

nº 1.373/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o 6º Encontro Estadual de Movimentos Sociais, a ser realizado de 1º a 3 de maio de 2015 nesta Casa;

nº 1.374/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja realizada audiência pública, em Paracatu, para debater e averiguar ameaças sofridas por Rafaela Xavier Luiz, após denúncias feitas por ela em relação a pacientes diagnosticados com câncer no município, que tiveram essa informação ocultada;

nº 1.375/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil, à Delegacia Regional e ao Ministério Público pedido de providências acerca das tentativas de homicídio sofridas pelos prefeitos municipais Denilson Alberto Cruz, de Ressaquinha, e Joel Ferreira Lima, de Ibiracatu, supostamente em detrimento do cumprimento dos mandatos e de suas convicções partidárias;

nº 1.376/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à presidente da República, à Secretaria-Geral da Presidência da República e ao Ministério da Justiça, pedido de providências para a publicação de decreto referente a terras indígenas xacriabás;

nº 1.377/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral pedido de informações sobre a desincompatibilização do prefeito municipal de Lagoa Santa, eleito em 2012, tendo em vista tratar-se de médico conveniado ao Sistema Único de Saúde, exercendo essa atividade em caráter não eventual;

nº 1.378/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa pedido de informações sobre o andamento dos trabalhos da comissão processante instalada para apuração de denúncia feita pela servidora pública municipal Márcia Regina Ferreira sobre acúmulo de cargos e recebimento indevido de remuneração pelo prefeito desse município;

nº 1.381/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Ministério Público pedido de informações sobre o nome do membro desse ministério designado para dar prosseguimento à investigação do Inquérito Civil nº 0148.14.000004-0, com parecer pela rejeição de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, e quais os procedimentos instaurados em relação ao seu andamento;

nº 1.382/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional Cível e Tutela Coletiva – CAO Direitos Humanos –, pedido de providências acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária desta comissão, para acompanhamento das denúncias apresentadas;

nº 1.383/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater violações de direitos humanos sofridas pelos trabalhadores rurais sem terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e suas lideranças;

nº 1.384/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Participação Popular e de Segurança Pública para debater, em audiência pública, consequências e custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros no Estado, conforme solicitado pela Coordenação Nacional das Entidades Negras.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Marília Campos - Rogério Correia.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Alencar da Silveira Jr. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os problemas decorrentes do uso irregular das vias



públicas no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão -, em especial os relativos ao trânsito local, ao comércio ilegal de bebidas e alimentos, à perturbação do sossego público e à prática de atos obscenos em vias públicas, e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Vitor Valverde, secretário municipal de Governo, informando que nesta reunião o Executivo Municipal será representado pelo Sr. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário de Administração Regional Municipal Pampulha. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Jacqueline de Oliveira Ferraz, coordenadora do 1º Departamento de Polícia Civil, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil do Estado; Maria Inês Oliva F. Franco, gerente de ação da Regional Noroeste Pampulha, representando o Sr. Ramon Victor César, presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte; Raquel Guimarães Silva, gerente regional de Licenciamento e Fiscalização Integrada da Regional Pampulha; Alessandra Escobar Oliveira Wilke, delegada regional da Polícia Civil; e os Srs. José Geraldo de Oliveira Prado, secretário municipal de Administração Regional da Pampulha, representando o Sr. Marcio Araújo de Lacerda, prefeito municipal de Belo Horizonte; o Major PM Fábio Oliveira de Almeida, comandante da 17ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar; o Sr. Claude Rene Camille, vice-presidente da Associação Pro-Civitas dos Bairros São Luís e São José, representando a Sra. Juliana Renault Vaz, presidente dessa associação; o 1º-Ten. PM Nagib Magela Jorge de Oliveira, chefe da Seção de Planejamento do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar; os Srs. Helbert Fernandes Pinto, sub-inspetor da 5ª Regional Pampulha da Polícia Civil; Carlos Augusto de Araújo Silva, inspetor da Regional Noroeste da Polícia Civil; Felipe Dias Falles Gomes, delegado da Polícia Civil; Magno Machado Nogueira, delegado titular da 3ª Regional Noroeste da Polícia Civil; Fábio Souza Melo, diretor de Meio Ambiente da Associação Pro-Civitas, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota, Tito Torres, Iran Barbosa e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Ione Pinheiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Arnaldo Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É adiada a votação do Requerimento nº 1.179/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Fazenda e ao Procurador-Geral do Estado pedido de informações sobre as medidas adotadas em defesa do Estado para a diminuição da transferência de recursos para a União, em decorrência da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e sobre os motivos pelos quais o Estado não ajuizou nenhuma ação nesse sentido. Solicita ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento ao Procurador-Geral de Justiça, a requerimento do deputado Arnaldo Silva.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.299/2015, dos deputados Elismar Prado, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Leonídio Bouças e Luiz Humberto Carneiro, em que solicitam seja encaminhada à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que os mesmos benefícios concedidos por regime especial de tributação ao setor de reciclagem de papel seja estendido aos setores de reciclagem de plásticos, vidro, ferro, alumínio, cobre e outros;

nº 1.300/2015, dos deputados Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Elismar Prado e Leonídio Bouças, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de providências para agilizar a análise de protocolos de intenções já firmados entre o Estado e o setor produtivo, bem como a expansão das negociações para que novos protocolos sejam firmados, para dinamizar a economia mineira além de protegê-la contra políticas econômicas agressivas e atração de investimentos adotadas por outras unidades da Federação;

nº 1.380/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para a criação de fundo estadual nos moldes do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO - que vise a contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estados, por meio de instituição financeira estadual de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.388/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Estado da Fazenda e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico com a finalidade de discutir, com os respectivos secretários, a carga tributária do Estado, a guerra fiscal entre os Estados e o consequente reflexo no desenvolvimento econômico do Estado, questões já debatidas na 6ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 27/4/2015;

nº 1.389/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda pedido de providências para eliminação da taxa de *royalties* de franquias na composição da base de cálculo do ICMS;



nº 1.390/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda e à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para realização de trabalhos objetivando a consolidação legislativa tributária do Estado e consequente simplificação da legislação;

nº 1.391/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado da Fazenda e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para manutenção do regime das Parcerias Públicas Privadas -PPP- com base na antecipação do ICMS, método muito utilizado pelo setor sucroalcooleiro na manutenção de estradas e execução de obras viárias;

nº 1.392/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda pedido de providências para fixação de regras objetivas de tributação aplicáveis ao setor de impressão, que abrange impressos, edições gráficas, folhetos publicitários e comerciais, entre outros produtos;

nº 1.393/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda pedido de providências para que seja revisto o sistema de glosa de créditos de ICMS do setor de mercadorias do Estado;

nº 1.394/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado da Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados às despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas;

nº 1.395/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os fatores que motivaram o cancelamento de empenhos relacionados a despesas realizadas, bem como o cancelamento de despesas realizadas sem o devido empenho prévio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Felipe Attiê - Thiago Cota - Cabo Júlio - Professor Neivaldo.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Bosco, Glaycon Franco e Tony Carlos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.188/2015, dos deputados Gil Pereira, Glaycon Franco, Dilzon Melo, Wander Borges, Bosco e João Vítor Xavier, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Marco Regulatório da Mineração e a atual conjuntura da mineração nacional e internacional; e

nº 1.371/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Minas e Energia à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração - CBMM -, no Município de Araxá, a fim de conhecer as instalações e o processo de nióbio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente - Bosco - Glaycon Franco - Arnaldo Silva.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 10h31min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 141/2015, no 1º turno, do qual designou relatora a deputada Marília Campos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.182/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja realizada visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - para discutir sobre os impactos ambientais e o assoreamento da Lagoa Central, localizada no Município de Confins, bem como discutir as condicionantes ambientais referentes às obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, com a presença da APA Carste Lagoa Santa;

nº 1.183/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado à Infraero pedido de informações sobre as obras de drenagem pluvial em torno do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial sobre o estudo do impacto do lançamento da drenagem das águas na Lagoa Central, localizada no Município de Confins;

nº 1.184/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito Municipal de Confins pedido de informações sobre a retirada constante de água da Lagoa Central de Confins para uso nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, bem como sobre a autorização junto ao Igam para o referido procedimento;



nº 1.185/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito Municipal de Confins pedido de informações sobre o planejamento ambiental do Município, bem como sobre os projetos de preservação ambiental previstos e em andamento;

nº 1.186/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente; e

nº 1.187/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito Municipal de Confins pedido de providências com vistas à limpeza das Lagoas dos Mares, Central e Vargem Bonita, localizadas no Município de Confins, em períodos que não coincidam com o período de procriação das aves, que acontece no mês de setembro.

Foi recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 1.379/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja encaminhado à diretora-presidente da Copasa e à diretora-geral do IEF pedido de informações sobre o posicionamento dessas entidades em relação às alterações realizadas no plano diretor do Município de Contagem, que impactam a área de preservação ambiental Vargem das Flores.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Cássio Soares, presidente - Inácio Franco - Marília Campos.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 12 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Antônio Jorge e Missionário Márcio Santiago, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Missionário Márcio Santiago, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é inscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 271 e 272/2015 (relator: deputado Antônio Jorge), que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 508/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.385/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Prevenção e Combater ao Uso de Crack e Outras Drogas a São Paulo, por ocasião da realização de audiência pública sobre justiça terapêutica, que acontecerá no Fórum de Santana, dia 12 de maio de 2015, às 13 horas;

nº 1.386/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado ofício ao presidente desta Casa com vistas à distribuição, aos Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas de Minas Gerais, as cartilhas remanescentes da campanha "Luta Contra o Crack. A Vida Tem Que Vencer", editada em 2012 como resultado do trabalho da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack instituída na legislatura passada;

nº 1.387/2015, dos deputados Antônio Jorge e Missionário Márcio Santiago e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja ouvido na Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas o Sr. Almir Alves dos Santos, coordenador da Casa Azul - Credeq.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da comissão para ouvir o Sr. Almir Alves dos Santos, coordenador da Casa Azul - Credeq -, que é convidado a tomar assento à mesa e faz sua exposição, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Antônio Jorge, presidente - Leandro Genaro - Léo Portela.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 14 horas, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação de risco da Creche Lar da Criança. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Francisca da Silva Dantas, representante da Creche Lar das Crianças de Teófilo Otôni; e os Srs. Bruno Balarini, representando o prefeito municipal de Teófilo Otôni; Aldo José Diniz, gerente da Copasa - Distrito do Mucuri, em Teófilo Otôni; Wander Lister de Carvalho Sá Júnior, gerente de Relacionamento Comercial da Cemig em Teófilo Otôni; e Northon Neiva Diamantino, presidente da Câmara Municipal de Teófilo Otôni, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Deiró Marra, presidente - Celinho do Sinttrocel - Carlos Pimenta.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do BMM) e os deputados Dilzon Melo e Inácio Franco (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da Liderança do BCM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final e suspende os trabalhos. Presentes a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da Liderança do BMM), e os deputados Rogério Correia e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da Liderança do BVC), é reaberta a reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer de redação final do Projeto de Lei nº 8/2015 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Léo Portela, presidente - Cássio Soares - Tiago Ulisses.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Ricardo Faria, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Itagiba de Castro Filho, presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, encaminhando cópia de correspondência recebida pelo órgão informando a grave situação de alguns hospitais em Minas Gerais (9/4/2015); Allan Farley Rocha, vereador da Câmara Municipal de Porteirinha, encaminhando CD com imagens dos blocos cirúrgicos do hospital da cidade e solicitando visita da comissão (23/4/2015); e-mails das Sras. Cremilda Murubixaba, do Município de Passa-Quatro, solicitando a orientação e o apoio desta Casa, visto que a prefeitura local está cobrando taxa de água e esgoto, mas o serviço não está sendo prestado; e Maria Ângela de Azevedo Santos, concursada da Secretaria de Estado de Saúde em 2014, pedindo seja solicitada ao governador do Estado a nomeação dos concursados. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 203/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Glaycon Franco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 446 e 452/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.180/2015, dos deputados Ricardo Faria, Dalmo Ribeiro Silva, Arlen Santiago e Ulysses Gomes, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para realizar estudos sobre a viabilidade de habilitação do pronto-atendimento no Hospital das Clínicas Samuel Libânio, em Pouso Alegre, como porte III, a fim de que possam ser garantidos recursos de custeio para o atendimento de urgência e emergência na ordem de R\$500.000,00;

nº 1.202/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para averiguar a possibilidade de inserção do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapias Ocupacionais da 4ª Região - Crefito 4 - no Conselho Estadual de Saúde, alterando o Decreto nº 45.559, de 3 de março de 2011, que dispõe sobre a organização e as atribuições do Conselho Estadual de Saúde - CES - e dá outras providências;

nº 1.203/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para encaminhamento de representante em todas as audiências públicas desta comissão quando o referido ministério for convidado;

nº 1.204/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita ao ministro da Saúde para debater temas afetos à saúde pública no Estado;

nº 1.209/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as demandas da saúde pública que afetam os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo como convidados o presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel -, o secretário de Estado de Saúde, além de prefeitos e procuradores jurídicos dos municípios associados à Granbel;

nº 1.216/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que a Sra. Patrícia Chueiri possa comparecer à audiência pública prevista para o dia 22 de maio de 2015, que debaterá a cancerologia em Minas Gerais e a aplicação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012;



nº 1.272/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para incluir o Hospital Geraldo Ferreira Gandra, no Município de Itamarandiba, no Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais;

nº 1.273/2015, dos deputados Arlen Santiago e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para que estude a possibilidade de habilitar o pronto-atendimento do Hospital Imaculada Conceição junto à pasta, viabilizando recursos financeiros de custeio para a manutenção do serviço;

nº 1.274/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja feito o credenciamento do serviço de oncologia do Hospital do Câncer anexo ao Hospital Imaculada Conceição junto ao órgão, a fim de garantir recursos financeiros para o custeio do serviço;

nº 1.275/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a construção de Centro de Zoonose e Central do Samu - Serviço de Atendimento Médico de Urgência - no Município de Curvelo, garantindo, ao mesmo tempo, recursos financeiros de custeio para a manutenção dos serviços;

nº 1.276/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que a pasta possa intermediar, junto ao Ministério da Saúde, o credenciamento do Hospital Santo Antônio, em Curvelo, como Unidade Cardiovascular de Alta Complexidade;

nº 1.292/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Ricardo Faria, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para concluir os pagamentos dos convênios firmados com os Municípios de Curvelo (em especial os Convênios nºs 2.381/2013, para hemodiálise no Hospital Santo Antônio, e 1.048/2014, para compra de acelerador linear para complementar o serviço de oncologia em Inimutaba), Itamarandiba, Diamantina, Pompéu, Três Marias, Senador Modestino, Morro do Garça, Santo Hipólito, Corinto, Gouveia, Unai, Virgem da Lapa, Capelinha, Buenópolis, Rio Vermelho, Presidente Juscelino, Paracatu, Inimutaba, Monjolos e Berilo, que tiveram parcelas pagas em 2014 e que possuem restos a pagar;

nº 1.293/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Carlos Pimenta, Ricardo Faria e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para dar prosseguimento à licitação para construção do Hospital do Trauma em Montes Claros;

nº 1.294/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria, Doutor Jean Freire e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para estudar a viabilidade de reorganização do Plano Diretor de Regionalização, de forma a dividir a macrorregião Norte em duas macrorregiões de saúde;

nº 1.295/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria, Doutor Jean Freire e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para elevar o limite financeiro disponível em aproximadamente 25 milhões de reais ao ano para custeio das ações e serviços de saúde do Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar da Macrorregião de Montes Claros;

nº 1.296/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria, Doutor Jean Freire e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para analisar a possibilidade de criação de três redes de hospitais microrregionais na macrorregião Norte;

nº 1.297/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Ricardo Faria e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para manter a Sra. Olívia Pereira de Loiola na Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros, em virtude do seu trabalho no referido órgão, por solicitação do Ministério Público;

nº 1.298/2015, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Ricardo Faria e Gil Pereira, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da macrorregião Norte do Estado;

nº 1.357/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada visita ao Ministério da Previdência Social para discutir as demandas apresentadas na 7ª Reunião Extraordinária da comissão;

nº 1.358/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, questões de saúde relacionadas aos trabalhadores efetivos e terceirizados da Cemig;

nº 1.359/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada reunião no Município de Bom Despacho para debater, em audiência pública, a suspensão de coletas de sangue realizadas no posto avançado de coleta externa naquela localidade;

nº 1.396/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para atender às demandas encaminhadas à Comissão de Saúde pelo Hospital Municipal de Francisco Sá, através de Relatório Analítico Situacional da entidade;

nº 1.397/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde as demandas relativas ao Hospital do Município de Porteirinha, enviados à Comissão de Saúde pela sua Câmara Municipal, na audiência pública realizada em Montes Claros no dia 23/4/2015;

nº 1.398/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde as demandas apresentadas pelo Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais à Comissão de Saúde, oriundas das entidades a seguir: Hospital Santa Rosália, de Teófilo Otôni; Hospital São Vicente de Paulo, de Araçuaí; Santa Casa de Caridade, de Formiga; Hospital São João de Deus, de Divinópolis; e Santa Casa de Montes Claros.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.399/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação da saúde nos municípios com a presença dos presidentes das Comissões de Saúde das câmaras municipais do Estado;



nº 1.400/2015, dos deputados Arlen Santiago, Doutor Jean Freire, Antônio Jorge e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre a agenda prevista para as Unidades Móveis de Mamografia do ano de 2015 para as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas;

nº 1.401/2015, dos deputados Arlen Santiago, Geraldo Pimenta, Antônio Jorge e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que envie a esta comissão o relatório completo de trabalho realizado sobre os 57 hospitais em 36 municípios visitados por aquele órgão que já está em fase final de elaboração, conforme informação obtida na audiência pública desta comissão em Juiz de Fora, no dia 16/4/2015;

nº 1.402/2015, dos deputados Arlen Santiago e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para isentar da cobrança do ICMS as contas de energia elétrica dos hospitais federais, públicos e filantrópicos do Estado;

nº 1.403/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para pagar todas as emendas parlamentares da área da saúde, em especial as referentes aos hospitais e prefeituras do Norte de Minas;

nº 1.404/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a distribuição de medicamentos no Estado, tendo em vista a dificuldade de acesso aos remédios distribuídos através das farmácias de alto custo;

nº 1.405/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada visita ao presidente do Tribunal de Contas da União para debater o tema dos tetos dos gastos na saúde pública que estão inviabilizando os atendimentos, a necessidade de exames específicos para diagnóstico na área da cancerologia que não constam na tabela do SUS, bem como questões da área de saúde como um todo;

nº 1.406/2015, dos deputados Arlen Santiago e Geraldo Pimenta, em que solicitam seja realizada visita para permuta de informações sobre a saúde pública no Estado com seguintes órgãos de comunicação: Rede Globo Minas, TV Alterosa Belo Horizonte, TV Band Minas Gerais, Record Minas, Rádio Itatiaia, CBH BH, jornal *Estado de Minas*, jornal *Hoje em Dia*, jornal *Diário do Comércio*, jornal *Edição do Brasil* e jornal *O Tempo*;

nº 1.407/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública para debater com a Associação Mineira de Municípios a situação da saúde nos município mineiros;

nº 1.408/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações quanto aos termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e o governo do Estado;

nº 1.409/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Estado de Saúde, em caráter de urgência, para debate de problemas e busca de soluções para a situação dos pequenos hospitais da Zona da Mata, que correm risco de fechamento e cuja dívida alcança o montante de 50 milhões de reais;

nº 1.410/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para ampliar os leitos de UTI e para solucionar os casos de pacientes que necessitam de atendimento na área de neurocirurgia nos hospitais do Vale do Aço;

nº 1.411/2015, dos deputados Geraldo Pimenta, Antônio Jorge, Doutor Jean Freire e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o financiamento público das ações e dos serviços de saúde com a presença da deputada federal Jandira Feghali, incluindo na discussão do tema a contribuição social do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Arlen Santiago, presidente - Glaycon Franco - Doutor Jean Freire - Duarte Bechir.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/4/2015

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar matéria constante da pauta e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício das Sras. Maria Clara Lemos dos Santos, professora, diretora do Teatro Universitário da Universidade Federal de Minas Gerais, em que registra a indignação do corpo docente do referido teatro pelo fechamento do Teatro Klaus Vianna, e Magdalena Rodrigues, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do Estado de Minas Gerais, em que agradece o apoio da ALMG às demandas artísticas e culturais, justifica sua ausência na audiência pública dessa comissão prevista para hoje, às 16h30min, e formula votos de que esse evento transcorra dentro do mais alto espírito de entendimento sobre o significado do teatro. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 730/2015, em turno único, para o qual designou relatora a deputada Cristina Corrêa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 460, 465 e 518. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.415/2015, da deputada Cristina Corrêa e dos deputados Geraldo Pimenta, Bosco e Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita dessa comissão à Comunidade dos Arturos, localizada no Município de Contagem, com a finalidade de acompanhar a visita do Ministro da Cultura a essa localidade, declarada o primeiro patrimônio imaterial do Estado, agendada para o dia 6 de maio de 2015. São recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:



nº 1.412/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada reunião dessa comissão para debater, em audiência pública, novas formas de execução de políticas públicas voltadas para a área de cultura, principalmente as relacionadas com a Lei Estadual de Incentivo à Cultura e com o Fundo Estadual de Cultura;

nº 1.413/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada reunião dessa comissão para debater, em audiência pública, o futuro e as condições de sobrevivência da Fundação TV Minas Cultural e Educativa;

nº 1.414/2015, do deputado Bosco, em que solicita seja realizada reunião dessa comissão para debater, em audiência pública no Município de Além Paraíba, a situação do patrimônio cultural desse município, com atenção especial aos bens culturais associados ao transporte ferroviário.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária a se realizar em seguida, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Bosco, presidente - Ione Pinheiro - Wander Borges.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/4/2015

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou relator o deputado mencionado entre parênteses: Projetos de Lei nºs 488 e 623/2015, no 1º turno (deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 118/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Elismar Prado). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.149/2015, do deputado Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados às Operadoras Vivo e Claro pedidos de providências para que seja instalada antena ou transmissor de serviços de telefonia móvel no Distrito de Era Nova, Município de Alpercata;

nº 1.150/2015, do deputado Sargento Rodrigues em que solicita sejam encaminhados à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento e Água e Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Asrae - pedidos de informações relativas ao aumento de 15,4% da tarifa de água e esgoto, principalmente quanto ao aspecto jurídico e econômico que envolve a autorização do mencionado reajuste, bem como o cálculo utilizado para se alcançar respectivo percentual;

nº 1.151/2015, do deputado Carlos Pimenta em que solicita seja encaminhado ao governador de Estado pedido de providências para que as empresas responsáveis coloquem em funcionamento imediato os serviços de telefonia celular nos distritos que receberam as instalações das antenas e equipamentos.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.424/2015, do deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Planejamento e Gestão e ao secretário de Fazenda pedido de providências com vistas ao fornecimento do serviço de telefonia celular ao Distrito de Umburantina, no Município de Bertópolis, beneficiado pelo programa Minas Comunica II;

nº 1.425/2015, dos deputados Douglas Melo, Elismar Prado, Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para que o administrador do Aeroporto Internacional de Confins preste esclarecimentos sobre os preços exorbitantes de bebidas, comida e estacionamento que são ali praticados;

nº 1.426/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Telefonia Claro pedido de informações acerca dos investimentos previstos pela empresa para o Município de Lagoa Santa, do reflexo desses investimentos na melhoria da qualidade, da expansão da cobertura e dos bairros que serão contemplados por esses investimentos;

nº 1.427/2015, do deputado Douglas Melo em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, no Município de Sete Lagoas, o aumento substancial da tarifa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Saae -;

nº 1.428/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os recursos do tesouro do Estado, na ordem de 128 milhões de reais, repassados a parceria público-privada do setor hídrico, e obter esclarecimentos acerca dessa destinação de recursos e seu impacto para o contribuinte, como no que se refere a uma possível redução no valor da tarifa de água;

nº 1.429/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o aporte de 128 milhões relativo a um aditivo referente a uma parceria público-privada do setor hídrico, que teria sido feito com recursos do Tesouro do Estado, e cópia de seu registro, assim como o fundamento legal para esse aporte; e cópia da ata da reunião do dia 23 de abril de 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2015.

Elismar Prado, presidente - Douglas Melo - Noraldino Júnior - João Leite.

**ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/4/2015**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Agostinho Patrus Filho e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 421 a 425, 432 441 a 444, 448, 454, 466, 469, 486, 496 a 502 e 512/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.437/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja implantado perímetro de estacionamento proibido nas vias públicas dos bairros localizados no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto;

nº 1.438/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à empresa Minas Arena pedido de providências para abertura do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, bem como do estacionamento do Estádio, com antecedência de quatro horas contadas do horário de realização das partidas, e para que seja permitido o uso da área da esplanada do estádio para instalação de praça de alimentação nos dias de jogo;

nº 1.440/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - pedido de providências para avaliar a possibilidade de criar áreas de estacionamento permitido nas vias públicas do entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, tendo em vista a largura das vias ali existentes;

nº 1.441/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - pedido de providências para a instalação de sinalização fixa de trânsito nas ruas do Bairro São Luís, na região da Pampulha;

nº 1.442/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências para que uma equipe da TV Assembleia faça cobertura da região do entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, em 13/5/2015, por ocasião do jogo entre as equipes do Cruzeiro e do São Paulo, a fim de obter imagens sobre uso irregular das vias públicas, em especial relativamente ao trânsito local, ao comércio ilegal de bebidas e alimentos, à perturbação do sossego público e à prática de atos obscenos;

nº 1.443/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências para que haja a atuação conjunta do 34º Batalhão da Polícia Militar e do Batalhão de Policiamento Especializado na região dos bairros situados no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto, durante jogos e eventos ali realizados, e para que sejam adotadas medidas para que os policiais empenhados no policiamento no local recebam treinamento específico para coibir a prática de contravenções penais e delitos de trânsito;

nº 1.444/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Luiz Humberto Carneiro, em que solicitam seja realizada reunião da comissão no Município de Conceição das Alagoas, em regime de urgência, para debater, em audiência pública, o aumento significativo dos índices de violência e criminalidade locais, bem como a falta de efetivo policial;

nº 1.445/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos membros da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, bem como ao juiz federal Sérgio Moro, pela excelência no desenvolvimento dos trabalhos na operação Lava a Jato, como verdadeiros defensores dos interesses públicos e dos interesses dos cidadãos, no combate incansável aos atos de corrupção;

nº 1.446/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam realizadas visitas da comissão às unidades da Polícia Militar em Belo Horizonte com o intuito de verificar, *in loco*, as condições de trabalho dos policiais, bem como os recursos logísticos disponíveis a eles;

nº 1.447/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que envie esforços junto à empresa Minas Arena, para que seja permitido o uso da área da esplanada do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão, para instalação de praça de alimentação nos dias de jogos realizados no estádio;

nº 1.448/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - pedido de providências para que a empresa concessionária responsável pela duplicação da Rodovia BR-153 construa um viaduto com passarela nas proximidades da entrada principal do Município de Prata;

nº 1.450/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Detran-MG pedido de informações sobre quais são os procedimentos legais aplicados ao condutor que atinge 20 pontos ao ano na carteira de habilitação e sobre a ordem cronológica de aplicação desses procedimentos; e que sejam encaminhadas a esta Casa cópias de todos os processos, julgados ou não, no período em que o delegado Antônio Galvão Dias do Nascimento esteve no Comando do Sipat de Juiz de Fora;

nº 1.455/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada reunião da comissão para ouvir, em audiência pública, denúncia de arbitrariedade cometida contra trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte arrematados para trabalho eventual em Sabará, os quais ficaram detidos por oito dias em estabelecimento prisional daquele município.

São recebidos pela presidência, por posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.463/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Educação, Ciência e Tecnologia, no Município de Sete Lagoas, para debater, em audiência pública, a violência contra os universitários na cidade;



nº 1.470/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública, de Direitos Humanos e de Participação Popular para debater, em audiência pública, as causas, as consequências, os custos sociais e econômicos da violência, a morte e o desaparecimento de jovens negros do Estado de Minas Gerais, conforme solicitado pela Coordenação Nacional das Entidades Negras - Conen.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 30/4/2015

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior, Agostinho Patrus Filho e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Roberto Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Wellington Prado, deputado federal, cumprimentando a Assembleia Legislativa pela instalação desta comissão e se desculpando pela ausência à reunião de sua instalação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.449/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Agostinho Patrus Filho e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que os animais apreendidos na Feira de Arte e Artesanato de Belo Horizonte, no dia 26 de abril de 2015, não sejam devolvidos aos supostos proprietários, mas sim disponibilizados para adoção;

nº 1.453/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Agostinho Patrus Filho e Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão com a finalidade de debater a implantação do Plano Estadual de Proteção aos Animais;

nº 1.458/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Fred Costa, Agostinho Patrus Filho, Roberto Andrade, Ricardo Faria e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para debater as propostas e ações da Secretarias de Estado de Governo, de Planejamento e Gestão, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Saúde, no que se refere à proteção animal, com a presença de representantes desses órgãos;

nº 1.462/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Roberto Andrade e Agostinho Patrus Filho, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais ofício solicitando celeridade na tramitação do Projeto de Lei nº 1.132/2015, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr. ;

nº 1.471/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Agostinho Patrus Filho e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado à Presidência do Senado Federal pedido de providências para que se avalie a possibilidade de serem incluídos no rol de animais elencados no Projeto de Lei 2.833/2011, de autoria do deputado Ricardo Tripoli, as demais espécies vítimas de maus-tratos;

nº 1.482/2015, dos deputados Noraldino Júnior, Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, dos deputados Agostinho Patrus Filho, Ricardo Faria e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - pedido de informações sobre os resultados da vistoria realizada no Mercado Central de Belo Horizonte em 26/6/2012, bem como de vistorias posteriores, que tiveram como objetivo apurar a situação do comércio de animais vivos no local.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.451/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o atendimento prestado pelos Centros de Controle de Zoonoses nos municípios do Estado;

nº 1.452/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os serviços prestados pelo Controle de Zoonoses de Belo Horizonte e conhecer sua rotina de trabalho;

nº 1.454/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao Centro de Controle de Zoonoses de Belo Horizonte para conhecer sua rotina de trabalho;

nº 1.456/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os serviços prestados pelos centros de castração gratuita em Belo Horizonte;

nº 1.457/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Estado de Meio Ambiente para conhecer suas propostas a respeito da proteção animal;

nº 1.459/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as políticas públicas voltadas para o controle de natalidade de cães e gatos no Estado;

nº 1.460/2015, do deputado Noraldino Júnior e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais ofício solicitando autorização para a realização de eventos bimestrais de promoção à adoção de animais a se realizarem no Pátio das Bandeiras desta Casa;

nº 1.461/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação do contingente felino na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, localizada no câmpus da UFMG, e no Parque Municipal Américo Renné Giannetti;

nº 1.464/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais com o tema “Leishmaniose visceral canina - Prevenção, aspectos técnicos e jurídicos do diagnóstico”;

nº 1.465/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada visita ao canil do Município de Ubá



com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia recebida sobre suas condições precárias e maus-tratos aos animais abrigados;

nº 1.466/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público com o tema “Bem-estar animal: responsabilidade de todos”;

nº 1.467/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada visita ao canil do Município de Diamantina com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia de condições precárias no local e maus-tratos aos animais abrigados;

nº 1.468/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizado debate público com o tema “Os maus-tratos contra animais: Lei nº 9.605, de 1998 x Novo Código Penal”;

nº 1.469/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada visita ao canil do Município de Manhuaçu com a finalidade de conhecer sua infraestrutura e funcionamento, tendo em vista denúncia de condições precárias no local e maus-tratos aos animais abrigados;

nº 1.472/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para conhecer suas propostas a respeito da proteção animal;

nº 1.473/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a atuação dos Centros de Controle de Zoonoses, no que se refere ao atendimento prestado por esses centros, ao número de centros existentes no Estado e à viabilidade de se implantarem novas unidades;

nº 1.475/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a prestação de serviços por cães no Estado;

nº 1.476/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a mortandade de peixes na Lagoa da Pampulha;

nº 1.477/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os malefícios da utilização de veículos de tração animal, no que se refere à ocorrência de maus-tratos aos animais, ao trânsito e à questão social dos carroceiros, bem como alternativas à utilização desse meio de transporte;

nº 1.478/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as políticas públicas estaduais de controle populacional de animais domésticos e silvestres, bem como a implementação de programas voltados para esse fim pelos municípios mineiros, nos aspectos quantitativo e qualitativo;

nº 1.479/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para apuração da situação do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte, em cumprimento às normas instituídas pela Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069, de 27 de outubro de 2014, e às demais normas sanitárias e de proteção aos animais aplicáveis à atividade;

nº 1.480/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o comércio de animais com base na Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069/2014 e nas demais normas sanitárias e de proteção aos animais aplicáveis à referida atividade, a exemplo da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

nº 1.481/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Campos Neto, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a regulamentação da criação e do comércio de animais de estimação;

nº 1.483/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o funcionamento do serviço, os procedimentos sanitários e médico-veterinários adotados nos centros de castração animal gratuita localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como o sistema de cadastro, registro e identificação que permite relacionar os animais a seus tutores;

nº 1.484/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das organizações não governamentais de proteção animal de Minas Gerais e as possibilidades de apoio a elas por parte do poder público;

nº 1.485/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja enviado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais - CRMV-MG - pedido de informações sobre a fiscalização do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte, nos demais pontos de venda desses animais na Capital e nos demais municípios mineiros, à luz do cumprimento das normas instituídas pela Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069, de 27 de outubro de 2014;



nº 1.486/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizado debate público com a finalidade de discutir a importância do controle populacional ético, a apuração de crimes de maus-tratos e a aplicação da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, os aspectos técnicos e jurídicos relacionados à leishmaniose visceral canina e o bem-estar animal;

nº 1.487/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a realização de rodeios, provas do laço e vaquejadas no Estado;

nº 1.488/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Educação com a finalidade de debater propostas de ações de educação ambiental voltadas para a proteção animal;

nº 1.489/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, o papel da Polícia Militar de Minas Gerais, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais na proteção animal;

nº 1.490/2015, do deputado Noraldino Júnior, do deputado Fred Costa, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Agostinho Patrus Filho, do deputado Ricardo Faria e do deputado Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado ao chefe da Delegacia Especializada em Investigação de Crimes contra a Fauna em Belo Horizonte pedido de informações para que encaminhe relatório de atividades contendo as denúncias protocoladas, o resultado das apurações realizadas e dados sobre a disponibilidade de materiais e de recursos humanos na delegacia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2015.

Noraldino Júnior, presidente - Elismar Prado - Roberto Andrade - Anselmo José Domingos.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/4/2015

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o 6º Encontro Estadual de Movimentos Sociais, a ser realizado de 1º a 3 de maio de 2015 nesta casa. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT-MG -; Marilda de Abreu Araújo, secretária de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE -; Mônica Fernandes Abreu, diretora e ativista dos Direitos Humanos da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais - Asthemg -; e Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Sisipsemg -; e os Srs. Padre João, deputado federal; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, procurador de justiça; Joceli Jaison José Andrioli, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; Cristiano Meirelles da Silva, membro da Coordenação Estadual do MST, representando o Sr. Wagner Vieira Martins, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.491/2015, dos deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira e da deputada Marília Campos, em que solicitam seja formulada manifestação de apoio aos professores do Estado do Paraná que sofreram com a ação de repressão e violência policial enquanto exerciam democraticamente o direito de se manifestarem;

nº 1.492/2015, do deputado Rogério Correia, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja formulada manifestação de repúdio ao governo do Estado do Paraná pela ação de repressão e violência policial na manifestação dos professores;

nº 1.493/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Rogério Correia e Cristiano Silveira, em que solicitam seja formulado voto de congratulações ao Sr. João Pedro Stélide, líder do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST -, por receber a Medalha da Inconfidência, concedida pelo governador do Estado, Fernando Pimentel;

nº 1.494/2015, do deputado Rogério Correia, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso às trabalhadoras e trabalhadores em homenagem ao Dia do Trabalhador - 1º de maio, em especial ao 6º Encontro Estadual dos Movimentos Sociais, realizado de 1º a 3 de maio de 2015;

nº 1.495/2015, do deputado Rogério Correia, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja formulada manifestação de apoio aos policiais militares do Estado do Paraná que se recusaram a participar da repressão e violência contra os professores;



nº 1.496/2015, do deputado Rogério Correia, da deputada Marília Campos e do deputado Cristiano Silveira, em que solicitam seja formulado voto de congratulações ao governador Fernando Pimentel por homenagear o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST - na pessoa de seu líder, o Sr. João Pedro Stédile, ao conceder a ele a Medalha da Inconfidência.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2015

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os avanços e problemas da rodovia MG-050, que repercutem diretamente no turismo e no desenvolvimento econômico regional. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Dilma Aparecida de Oliveira, vereadora da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, e os Srs. Marcelo Aguiar, gerente de operações, representando o Sr. José Renato Ricciardi, diretor-presidente da Concessionária Nascente das Gerais - São Paulo (SP), Ailton Rocha de Sillos, presidente da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços - Acis -, de São Sebastião do Paraíso, Márcio Pimenta, presidente da Associação dos Transportadores Rodoviários de Carga - Atropar- e da Cooperativa dos Transportadores Rodoviários de Cargas de São Sebastião do Paraíso, Aparecido César Medeiros, presidente do Sindicato de Transportadores Autônomos de São Sebastião do Paraíso - Sinditac -, José Luiz Correa, vereador da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Edson Ferreira da Silva, presidente da Associação dos Amigos dos Caminhoneiros, e Renato Barbosa de Andrade, cidadão do Município de Passos, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente - Felipe Attiê - Fabio Avelar de Oliveira - Roberto Andrade - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* de cidadão que prefere não se identificar, encaminhando, por meio do *site* Fale com a Assembleia, denúncia de que na cidade de Mutum estão ocorrendo crimes em sequência, que já mataram cinco pessoas de sua família, estando soltos os acusados, e solicitando a realização de visita da comissão ao município. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 16/4/2015: ofícios dos Srs. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado-geral de polícia; e Blal Yassine Dalloul, secretário-geral do Conselho Nacional do Ministério Público. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.497/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, denúncia de que agentes de segurança prisional estão trabalhando com armas de grosso calibre (calibre 12 e fuzis) sem a devida capacitação;

nº 1.498/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, suposta desídia da Subsecretaria de Administração Prisional - Suapi - por não realizar a distribuição de coletes balísticos para os agentes prisionais e socioeducativos no Norte do Estado, que, mesmo existindo placas novas de coletes disponíveis na Secretaria de Estado de Defesa Social, trabalham com placas vencidas, colocando em risco sua integridade física;

nº 1.499/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada visita da comissão à Penitenciária de Francisco Sá, acompanhada de autoridades da Secretaria de Estado de Defesa Social, para apurar denúncia de falta de estrutura no local, colocando em risco a vida dos agentes que ali trabalham;

nº 1.500/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada visita da comissão ao Presídio Regional de Montes Claros, acompanhada de autoridades da Secretaria de Estado de Defesa Social, para apurar denúncia de falta de estrutura no local, colocando em risco a vida dos agentes que ali trabalham;

nº 1.501/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada visita da comissão à Penitenciária Regional de Patrocínio, acompanhada de autoridades da Secretaria de Estado de Defesa Social, para apurar denúncia de falta de estrutura no local, colocando em risco a vida dos agentes que ali trabalham;



nº 1.502/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada visita da comissão ao Presídio Alvorada, em Montes Claros, acompanhada de autoridades da Secretaria de Estado de Defesa Social, para apurar denúncia de falta de estrutura no local, colocando em risco a vida dos agentes que ali trabalham;

nº 1.503/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada visita da comissão à cadeia pública do Município de Bocaiuva, acompanhada de autoridades da Secretaria de Estado de Defesa Social, para apurar o fato de que somente um único agente desarmado faz a segurança de 120 presos, estando alguns soltos no espaço interno da cadeia, havendo grave perigo de rebelião e fuga, situação verificada pelo referido deputado *in loco*;

nº 1.504/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para debater, em audiência pública, sobre armas de fogo e outros armamentos que, já tendo sido apreendidos, retornam às ruas e são objeto de novas apreensões;

nº 1.505/2015, do deputado João Leite, do deputado Cabo Júlio, do deputado Sargento Rodrigues e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, a proibição da entrada de adolescentes em *shopping centers*;

nº 1.506/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão em caráter de urgência, para debater, em audiência pública, os termos dos Projetos de Lei Complementar nºs 14, que altera a Lei Complementar nº 129, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, e 15/2015, que altera a Lei nº 5.301, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, para garantir às policiais o direito de requerer sua aposentadoria ou transferência para a reserva remunerada após 25 anos de contribuição, desde que contem, pelo menos, 15 anos de efetivo serviço, com proventos integrais;

nº 1.507/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para instalação de plantão regionalizado no Município de Viçosa, de modo que as ocorrências policiais ocorridas no Município de Porto Firme sejam ali encerradas;

nº 1.508/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada reunião da comissão com o secretário de Estado de Defesa Social, para debater a situação dos órgãos de segurança pública no Estado, em particular no que toca a alocação de recursos para o exercício de suas atribuições precípuas e cotidianas, tendo em vista denúncias de falta de combustível e manutenção de viaturas da Polícia Militar, de falta de equipamentos para manutenção das atividades dos Bombeiros Militares, entre outras;

nº 1.509/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências visando autorizar os policiais militares do Município de Porto Firme a registrarem o Termo Circunstanciado de Ocorrência, visto que, após às 18 horas, as ocorrências policiais são encerradas no Município de Conselheiro Lafaiete, impondo um deslocamento de 200km (ida e volta) dos policiais militares, desguarnecendo-se o Município de Porto Firme;

nº 1.510/2015, do deputado Cabo Júlio e do deputado Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para disponibilizar um procurador de justiça para acompanhar o inquérito policial que apura a morte do Sr. Filipe Salles e a tentativa de homicídio da policial civil Fabiana Aparecida Sales, no intuito de garantir lisura na aplicação dos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, uma vez que o fato envolve policiais civis e militares;

nº 1.511/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas, visto que o projeto se encontra aprovado e homologado, aguardando sua execução;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, em 6/5/2015, às 9h30min e às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.620, EM 5/5/2015

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Agostinho Patrus Filho e Durval Ângelo, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. A seguir, anuncia o registro da candidatura do deputado Vanderlei Miranda para o cargo de presidente e do deputado Agostinho Patrus Filho para o cargo de vice-presidente. Submetidas as candidaturas, cada uma por sua vez, à votação pelo processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. A seguir, o presidente *ad hoc* faz a proclamação dos eleitos e declara empossado como vice-presidente o deputado Agostinho Patrus Filho, a quem passa a direção dos trabalhos. O deputado Agostinho Patrus Filho declara empossado como presidente o deputado Vanderlei Miranda, a quem devolve a direção dos trabalhos. O presidente agradece a confiança nele depositada e, em seguida, designa como relator da matéria o deputado Durval Ângelo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 6/5/2015, às 9 horas, para apreciação do Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Durval Ângelo - Tiago Ulisses.

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015**

Às 15h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, João Leite (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC) e Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tito Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 655, no 1º turno, cuja relatoria avoca a si. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado por unanimidade, em turno único, o Projeto de Lei nº 432/2015 (relator: deputado Duarte Bechir). Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 414/201. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.166/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião em Ituiutaba para debater, em audiência pública, a situação das Apaes da região do Triângulo Mineiro;

nº 1.167/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde pedido de providências para ampliação da oferta de serviços especializados de reabilitação em deficiência intelectual para o atendimento às pessoas com transtorno do espectro do autismo;

nº 1.168/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos, a previsão de ações e o financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas; as ações de qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência; e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas;

nº 1.170/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania para discutir temas atinentes às políticas direcionadas à pessoa com deficiência sob responsabilidade dessa pasta;

nº 1.171/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o estabelecimento de parceria com instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas com vistas ao desenvolvimento de estudos e projetos de atenção à pessoa com transtorno do espectro do autismo;

nº 1.172/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para o desenvolvimento de programas de atendimento às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias por estagiários e residentes que atuam nos serviços dessa instituição;

nº 1.173/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para o desenvolvimento de programas de atendimento às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias por estagiários e residentes que atuam nessa instituição;

nº 1.529/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Saúde e de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas para debater, com convidados, as ações, voltadas para as pessoas com deficiência, de inclusão social e acessibilidade desenvolvidas pelo Museu de Ciências Morfológicas da UFMG;

nº 1.530/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências para agilizar a habilitação de novos núcleos de apoio à saúde da família no Município de Belo Horizonte com vistas a garantir suporte à Rede Nacional de Assistência à Pessoa com Deficiência;

nº 1.531/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para ampliar e qualificar a rede de saúde para o atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista, por meio de investimentos em infraestrutura e capacitação de recursos humanos;

nº 1.532/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o curso “Autismo: identificação de sinais de risco”, especificando o período de realização e o número de vagas disponíveis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Duarte Bechir, presidente - João Leite - Tito Torres.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015

Às 9h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sintrocel, presidente da comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater medidas para o aperfeiçoamento das formas de escolha dos conselheiros tutelares de Minas Gerais. Registra-se a presença da deputada Geisa Teixeira e do deputado Isauro Calais, membros da supracitada comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando o Sr. Márcio Rogério de Oliveira, promotor de justiça titular da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível, e Karla Roque Miranda Pires, presidente da



Fundação de Ensino de Contagem - Funec - , e os Srs. Tarcísio Caixeta, vereador do Município de Belo Horizonte; Davidson Luiz do Nascimento, presidente da Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Minas Gerais - Aconteng -; Natanael Carlos Pereira, coordenador do Fórum Mineiro de Conselheiros Tutelares, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Geisa Teixeira - Ione Pinheiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015

Às 9h23min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Cássio Soares e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer de redação final do Projeto de Lei nº 1.265/2015 (relator: deputado Cássio Soares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Gilberto Abramo, presidente - Cássio Soares - Dilzon Melo.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O deputado Professor Neivaldo dispensa o prazo de 24 horas do pedido de vista do parecer do Projeto de Lei nº 484/2015, que lhe foi deferido em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 484/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Vanderlei Miranda). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Arnaldo Silva - Felipe Attiê - Tito Torres.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE MICHELE ABREU ARROYO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DO IEPHA, EM 6/5/2015

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Cristiano Silveira e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta *ad hoc*, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. A seguir, anuncia o registro da candidatura da deputada Celise Laviola e do deputado Cristiano Silveira para presidente e vice-presidente, respectivamente. Após votação, ambos são eleitos, para os respectivos cargos. A presidenta *ad hoc*, deputada Celise Laviola, proclama o resultado da eleição e declara empossado como vice-presidente o deputado Cristiano Silveira. Em seguida, o vice-presidente declara empossado como presidente a deputada Celise Laviola, a quem passa a direção dos trabalhos. A presidenta agradece a confiança nela depositada e avoca a si a relatoria. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Celise Laviola, presidenta - Cristiano Silveira - Fábio Cherem.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião



se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 1.579/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita sejam encaminhados ao governo do Estado os documentos recebidos na comissão que contêm as ponderações dos membros do Ballet Jovem do Palácio das Artes acerca do posicionamento da presidência da Fundação Clóvis Salgado descrito em ofício recebido na comissão.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 1.578/2015, do deputado Emidinho Madeira, em que solicita seja realizada visita da comissão ao Município de Nova Resende com a finalidade de conhecer e participar do Circuito Mineiro da Queima do Alho, que ocorrerá em 30/5/2015.

A seguir, é aprovado relatório da visita realizada pela comissão à Fundação Clóvis Salgado, em 14/4/2015, o qual segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Cristina Corrêa, presidente - Thiago Cota - Wander Borges.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Cultura

Local visitado: Fundação Clóvis Salgado, em Belo Horizonte.

Apresentação

A requerimento dos deputados Bosco, Cristina Corrêa, Wander Borges, Thiago Cota e Ione Pinheiro, a Comissão de Cultura visitou no dia 14/4/2015 a Fundação Clóvis Salgado - FCS -, com o objetivo de conhecer a estrutura, os programas e as atividades desenvolvidos pela Fundação e, em especial, as questões relativas à continuação das atividades do Ballet Jovem do Palácio das Artes.

Participaram da visita os deputados Bosco, Cristina Corrêa, Wander Borges e Ione Pinheiro, que foram recebidos pelo presidente da Fundação, Augusto-Nunes Filho, e equipe.

Relato

A Fundação Clóvis Salgado é vinculada à Secretaria de Estado de Cultura e responsável pela gestão dos seguintes equipamentos culturais: Palácio das Artes, Serraria Souza Pinto, Centro Técnico de Produção (em Marzagão/Sabará) e Câmara Sete (antigo Centro de Arte Contemporânea e Fotografia, próximo à Praça Sete). Na fundação há três corpos artísticos estáveis: a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (fundada em 1976), o Coral Lírico de Minas Gerais (1979) e a Companhia de Dança Palácio das Artes (1971).

O Centro de Formação Artística - Cefar -, criado de acordo com o parecer do Conselho Estadual de Educação nº 1.144/86, publicado em 14/11/1986, oferece cursos técnicos e de extensão para formação e qualificação profissional nas áreas de teatro, dança e música.

O programa de extensão do Cefar incluía três grupos jovens que atuavam como experiência de residência artística profissionalizante. Os grupos - Ballet Jovem Palácio das Artes, Big Band Palácio das Artes e Grupo de Choro Palácio das Artes - eram financiados por projetos aprovados em leis de incentivo à cultura cuja captação não teve êxito para 2015.

De acordo com representantes dos grupos, ainda é possível viabilizá-la até meados do segundo semestre deste ano, e, de fato, houve a prorrogação do prazo de execução dos projetos da Big Band e do Ballet Jovem, de acordo com ato publicado em 24/2/2015 no *Diário Oficial*, sob o argumento de que “há interesse da FCS e do Instituto Cultural Sérgio Magnani na continuidade da execução dos projetos” com vistas “ao atendimento às demandas da programação da temporada 2015”.

Além disso, por meio da aprovação da Emenda nº 482 ao Projeto de Lei nº 5.497/2015, que deu origem à Lei nº 21.695, de 9/4/2015, que aprovou o orçamento do Estado para 2015, foram destinados R\$492.000,00 à FCS para garantir a continuação das atividades dos grupos.

Indagado sobre a situação do Ballet Jovem e demais grupos, o presidente da Fundação Clóvis Salgado afirmou aos parlamentares que está em curso uma reorganização dos processos existentes na Fundação, com a finalidade de institucionalizar as atividades de extensão do Cefar. Dessa forma, pretende-se superar a instabilidade de financiamento - nos últimos oito anos as atividades dependeram da viabilização de projetos aprovados em leis de incentivo à cultura, por prazo determinado e sem garantias de prosseguimento - e tornar mais claros os critérios de permanência dos membros dos grupos, fortalecendo os vínculos institucionais.

Nessa reorganização, o Cefar se tornará Cefart - de modo a compreender também as áreas técnicas, como iluminação, cenografia, etc. - e promoverá atividades de ensino, pesquisa e extensão. No caso das atividades de extensão, serão estruturadas residências artísticas em dança e teatro, com tempo determinado de duração e regras claras sobre a transitoriedade do programa para a complementação da formação do aluno.

O presidente confirmou, ainda, a cessão de espaço para aulas e ensaios do Ballet Jovem, bem como o acompanhamento de professores do Cefar ao grupo, em 2015.

Diante da insistência dos deputados acerca da necessidade de estipular regras de transição para os atuais membros do Ballet Jovem, Augusto Nunes-Filho e os demais diretores se comprometeram a buscar soluções, provavelmente com a ajuda da Fapemig, para viabilizar um projeto-piloto de pagamento de bolsas para as residências artísticas, a ser viabilizado em 2015, incorporando, neste ano, os membros bolsistas do atual Ballet Jovem.

Conclusão

Constatou-se a relevância da parceria entre a Fundação Clóvis Salgado e a Comissão de Cultura para que as discussões e encaminhamentos referentes às atividades de formação possam ter o necessário prosseguimento. Os deputados consideraram a visita como o início de aproximação maior entre os dois órgãos.



A Fundação Clóvis Salgado se comprometeu a encaminhar um posicionamento formal sobre as questões relacionadas com o Ballet Jovem já na reunião ordinária da Comissão de Cultura seguinte à visita. E, de fato, esse posicionamento foi encaminhado à comissão por meio de documento.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Bosco, presidente - Ione Pinheiro - Wander Borges.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/5/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Noraldino Júnior e João Leite (substituindo o deputado Sargento Rodrigues, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Noraldino Júnior, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.424/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao Secretário de Estado de Fazenda pedido de providências para que adotem medidas necessárias ao fornecimento do serviço de telefonia celular ao Distrito de Umburantina, no Município de Bertópolis, beneficiado pelo programa Minas Comunica II;

nº 1.425/2015, dos deputados Douglas Melo, Elismar Prado, Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior, em que solicitam seja realizada reunião desta comissão para que o administrador do Aeroporto Internacional de Confins preste esclarecimentos sobre os preços exorbitantes de bebidas, comida e estacionamento que são ali praticados;

nº 1.426/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja encaminhado à presidente da Telefonia Claro pedido de informações acerca dos investimentos previstos por parte da empresa no Município de Lagoa Santa, qual o reflexo desses investimentos no que diz respeito à melhoria da qualidade e à expansão da cobertura e quais bairros serão atendidos;

nº 1.427/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, no Município de Sete Lagoas, o aumento substancial da tarifa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Saae;

nº 1.428/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, os recursos do tesouro do Estado, na ordem de R\$128 milhões, repassados à parceria público-privada do setor hídrico, e obter esclarecimentos acerca dessa destinação de recursos e o respectivo impacto para o contribuinte, como, por exemplo, no que se refere a uma possível redução no valor da tarifa de água;

nº 1.429/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações, com cópia da ata do dia 23/4/2015, a qual revelaria aporte de R\$128 milhões relativos a um aditivo referente a uma parceria público-privada do setor hídrico, que teria sido feito com recursos do tesouro do Estado, e cópia de seu registro, assim como o fundamento legal para esse aporte;

nº 1.580/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para ajuizamento de ação civil pública em face da Cemig, em função da elevação significativa do preço da energia elétrica;

nº 1.581/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - pedido de providências para que seja explicitada na conta de energia elétrica a cor da bandeira para a próxima fatura;

nº 1.582/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que proceda a auditoria em contrato da empresa Unihealth Logística Hospitalar com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora para a distribuição de medicamentos para o Sistema Único de Saúde, sendo de fundamental importância o ressarcimento ao erário público municipal de recursos pagos pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, relativos a serviços que não foram efetivamente prestados ao contribuinte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Elismar Prado, presidente - Douglas Melo - Noraldino Júnior - Sargento Rodrigues.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/5/2015

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Wander Borges, Anselmo José Domingos e Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art.120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Novo Marco Regulatório do Setor Mineral, anunciado pelo governo federal, bem como a atual conjuntura da mineração, em níveis nacional e internacional, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os deputados federais Rodrigo de Castro, Gabriel Guimarães, Leonardo Quintão, Padre João e Marcelo Álvaro Antônio; os Srs. José Guilherme Ramos, subsecretário de Política Mineral e Energética, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Lourival Araújo Andrade,



coordenador da Ação Sindical Mineral, representando o diretor da Secretaria de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI - Brasília; Luiz Márcio Viana, funcionário de relações institucionais do Sindextra, representando o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram - e presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais - Sindextra; Celso Cota Neto, prefeito municipal de Mariana e presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig; Alexander Silva Salvador de Oliveira, prefeito municipal de Itabirito; e Waldir Silva Salvador de Oliveira, consultor de Relações Institucionais e Desenvolvimento Econômico da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig - e ex-prefeito de Itabirito, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra aos demais deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a presença dos deputados Thiago Cota e Rogério Correia. O presidente, nos termos do art. 125 do Regimento Interno, prorroga a reunião por duas horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente - Glaycon Franco - Dilzon Melo - Tony Carlos.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos no art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Antônio Carlos de Alvarenga Freitas, delegado-geral de Polícia, publicado no *Diário do Legislativo* em 7/5/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, cuja relatoria avocou a si: Projetos de Lei nºs 315 e 486/2015, ambos no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.598/2015, do deputado João Leite e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e a Comissão Extraordinária das Mulheres para dar continuidade ao debate sobre as recomendações, editadas pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, relacionadas à rede de saúde mental, álcool e outras drogas e ao acolhimento e à adoção de filhos de mães de usuárias de substâncias entorpecentes;

nº 1.599/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Araçuaí para debater as condições de segurança no município e adjacências;

nº 1.600/2015, do deputado Gilberto Abramo, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta de modernização da Polícia Civil brasileira, apresentada no Projeto de Lei federal nº 1.949/2007, que institui a Lei Geral da Polícia Civil e dá outras providências;

nº 1.601/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada visita ao Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte a fim de verificar as condições de trabalho, funcionamento e atendimento do órgão;

nº 1.602/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública, em caráter de urgência, para solicitar esclarecimentos quanto à execução da Emenda Orçamentária nº 40-0, destinada à Polícia Militar, especificamente em relação à aquisição de mobiliário para o 5º Pelotão da 16ª Companhia Independente de Polícia Militar, com sede no Município de Cambuquira;

nº 1.603/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice e o número de ocorrências policiais dos últimos três anos que envolveram armas de fogo que já haviam sido apreendidas anteriormente pela Polícia Civil;

nº 1.604/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que promova ações de capina no imóvel ocupado pelo Departamento de Operações Especiais – Deoesp – e outras medidas necessárias a sua manutenção;

nº 1.605/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para alocar recursos para reforma do edifício ocupado pelo Deoesp, de modo a melhorar as acomodações e a estrutura de trabalho dos policiais civis ali lotados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Celise Laviola - João Leite - Cabo Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL INDICAÇÃO AUGUSTO NUNES-FILHO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO, EM 12/5/2015

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Gil Pereira e Antônio Lerin, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e informa que não há ata a



ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. A seguir, anuncia o registro da candidatura do deputado Fábio Cherem para o cargo de presidente e a sua própria candidatura ao cargo de vice-presidente. Submetidas as candidaturas, cada uma por sua vez, à votação pelo processo nominal, ambos são eleitos por unanimidade. Ato contínuo, o presidente *ad hoc* faz a proclamação dos eleitos e declara empossado como presidente o deputado Fábio Cherem, a quem passa a direção dos trabalhos. O deputado Fábio Cherem agradece a confiança nele depositada, declara empossado como vice-presidente o deputado Gil Pereira, e em seguida avoca a si a relatoria da Indicação nº 9/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Fábio Cherem, presidente - Cristina Corrêa - Gil Pereira.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Alberto, Cristiano Silveira, Gil Pereira (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Alberto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.203, 1.212 e 1.255/2015 (Antônio Jorge); 1.201, 1.213, 1.254 e 1.257/2015 (Bonifácio Mourão); 1.261, 1.202, 1.216 e 1.266/2015 (Cristiano Silveira); 1.198, 1.208, 1.218, 1.250 e 1.256/2015 (Isauro Calais); 1.200, 1.215, 1.204, 1.206, 1.260 e 1.350/2015 (João Alberto); 1.209, 1.214, 1.211 e 1.217/2015 (Leonídio Bouças); e 1.196, 1.210, 1.263, 1.219 e 1.249/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 229, 251, 327, 580, 755, 336 e 621/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimentos dos deputados Luiz Humberto Carneiro, os cinco primeiros, e Cristiano Silveira, os dois últimos. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 579/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a presença do deputado Bonifácio Mourão. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 641 e 919/2015 (relatores: o primeiro, deputado João Alberto, e o segundo, deputado Isauro Calais). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Luiz Humberto Carneiro, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 917/2015 com a Emenda nº 1, em turno único, o presidente defere o pedido de vista do deputado Cristiano Silveira. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 201, 218, 651/2015 (relator: deputado Isauro Calais), 307/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro) e 542/2015 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 636/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão) e 1.124/2015 (relator: deputado João Alberto). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 985/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 885, 887 a 890, 923, 951, 952, 962, 964 a 968, 970 e 973/2015, que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.616/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado ao Senado Federal manifestação de pesar pelo falecimento do senador Luiz Henrique da Silveira;

nº 1.618/2015, dos deputados João Alberto e Bonifácio Mourão, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Governador Valadares manifestação de pesar pelo falecimento do vice-prefeito do município, Ronaldo Perim.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 13/5/2015, às 14 horas, com a finalidade de apreciar os seguintes Projetos de Lei nºs 47, 323, 412, 415, 437, 490, 555, 633, 700, 908, 941, 1.120, 1.254, 1.266 e 1.350/2015 e de discutir e votar proposições da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira - Isauro Calais - Vanderlei Miranda.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, 19/5/2015****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620, que altera a Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Paulo Lamac opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/5/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 675 e 676/2015, do deputado Tony Carlos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 19/5/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, do deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 1.120/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 48/2015, do deputado Fred Costa; 52/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior; 322, 324, 339 e 347/2015, do deputado Fred Costa; 480/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 495 e 724/2015, do deputado Fred Costa; 788/2015, do deputado Gil Pereira; 790/2015, do deputado Cabo Júlio; 803, 804, 808 e 827/2015, do deputado Fred Costa; 1.003/2015, do deputado André Quintão; 1.006/2015, do deputado Braulio Braz; 1.011/2015, do deputado Wander Borges; 1.043/2015, do deputado Fred Costa; 1.085 e 1.086/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.097, 1.098 e 1.254/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 1.267/2015, do deputado Durval Ângelo; 1.350/2015, do deputado Gil Pereira; e 1.405/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 742/2015, do deputado Fábio Cherem; 983/2015, do deputado Sávio Souza Cruz; 984/2015, do deputado Ivair Nogueira; e 1.217/2015, do deputado João Alberto.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 720/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 714/2015, do deputado Anselmo José Domingos.

Debate, com a presença de convidados, sobre a situação do transporte público e as condições de operação do sistema BRT Move em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como sobre a implantação do sistema de Belo Horizonte a Matozinhos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o Projeto de Lei Federal nº 4.330/2004, em tramitação no Congresso Nacional, que trata de regras para terceirização de trabalhadores.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 427/2015, do deputado Arlen Santiago.



Discussão e votação de pareceres de redação final.
Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/5/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater os avanços conquistados para a carreira de defensor público, bem como os novos rumos e desafios a serem enfrentados para fortalecer a Defensoria Pública do Estado, por ocasião do Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio; de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2015.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Márcio da Silva Botelho para o Cargo de Diretor-Geral do IMA

Nos termos regimentais, convoco os deputados Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/5/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Indicação nº 12/2015, do governador do Estado, de proceder à arguição pública do indicado e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 692/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Alvarenga, Florência de Paiva e Maria do Carmo - Acaflomc -, com sede no Município de Corinto.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 692/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Bairros Alvarenga, Florência de Paiva e Maria do Carmo - Acaflomc -, com sede no Município de Corinto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o atendimento a todos que a ela se associem, independentemente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

Com esse propósito, a instituição tem por finalidade melhorar a qualidade de vida de seus associados, defendendo-os, organizando-os e desenvolvendo trabalhos sociais com idosos, jovens e crianças, orientando sobre seus direitos junto aos órgãos municipais, estaduais, federais e distribuindo benefícios obtidos junto à iniciativa privada.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Corinto, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 692/2015, em turno único, na forma apresentada.



Sala das Comissões, 18 de maio de 2015.
Geisa Teixeira, relatora.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/5/2015

O deputado Carlos Pimenta* - Cumprimento o deputado Hely Tarquínio, presidente, amigo e companheiro, em cuja pessoa cumprimento também as colegas deputadas e os colegas deputados aqui presentes e as pessoas que acompanham de perto os trabalhos da Assembleia de Minas. Um abraço aos milhares de mineiros que estão em suas casas também acompanhando nossos trabalhos.

Tenho vários assuntos, mas, com muito prazer, queremos conceder 2 minutos ao vereador João Vítor Xavier. Desculpe, deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Fui vereador também, com muito orgulho.

O deputado Carlos Pimenta* - É porque estou com uma relação de vereadores que querem que eu cite o nome e que estiveram presentes aqui na Casa. Por isso me confundi. De qualquer maneira, V. Exa. não pode esquecer sua origem, porque quem se assenta neste parlamento e passou pelo banco de uma câmara municipal com certeza tem autoridade para falar da tribuna.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Quero agradecer a V. Exa. a generosidade desse tempo concedido e dizer que o assunto que trago aqui é muito importante. Precisamos fazer uma convocação e precisamos que esta Casa esteja ao lado dos taxistas de Belo Horizonte numa luta muito séria. O Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Minas Gerais - Sincavir-MG - e as cooperativas de táxi de Belo Horizonte estão convocando para uma grande manifestação na semana que vem, no próximo dia 20, às 8 horas, no Mineirão. Será uma marcha rumo à Cidade Administrativa para um apelo a Fernando Pimentel, governador do Estado, para o que tem acontecido com os táxis em Belo Horizonte e na Grande BH. Não podemos deixar nossos taxistas abandonados e desamparados nessa luta. O táxi clandestino começa a tomar conta das praças de Belo Horizonte, começa a tomar conta de um serviço que é oficial, lícito, regulado e controlado tanto pelo DER quanto pela BHTrans e pelas outras prefeituras que fazem parte desse acordo intermunicipal.

Hoje, deputado Carlos Pimenta, há aplicativos de telefone celular, como o Urb, que estão fazendo trabalho de táxi clandestino. Transportar passageiros cobrando valor é serviço exclusivo de táxi, dos taxistas, que têm de pagar impostos, taxas, tarifas, que passam por duríssimos processos de regulação dentro da BHTrans, por fiscalização e, principalmente, por processo de licitação.

É uma vergonha o que está acontecendo hoje na Grande BH. Há muitos taxistas clandestinos, piolhos, tomando conta da praça, no Aeroporto de Confins, no Aeroporto da Pampulha e nas praças da nossa cidade. Por isso peço ajuda a V. Exa. e à presidência desta Casa para, na próxima semana, dia 20, estar ao lado dos taxistas nessa luta. Vamos dizer não aos táxis clandestinos e apoiar os taxistas oficiais, que prestam um belo serviço. Hoje, Belo Horizonte tem o melhor serviço de táxi da América Latina.

O deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, deputado João. Conte com nosso apoio nessa luta. V. Exa., que é uma pessoa atualizada e tem demonstrado conhecimento dos problemas e das causas de Belo Horizonte e da área metropolitana, traz hoje essa informação que merece o acatamento de todos os deputados desta Casa.

Gostaria, Sr. Presidente, antes de dizer o tema que me traz à tribuna, de citar a presença de vários vereadores da nossa querida cidade de Três Pontas nesta Casa, os vereadores Luiz Carlos da Silva, Vítor Bárbara, Sérgio Eugênio e Alessandra, e de Barbacena, o vereador Márcio. Há uma procura muito grande dos vereadores por parlamentares desta Casa. Recentemente, recebemos a informação de que vereadores estariam vindo muito a Belo Horizonte, aumentando o número de diárias. Na verdade, aqui deságua o problema maior dos municípios. Os vereadores querem procurar seus parlamentares, em seus gabinetes, para serem ajudados em suas pretensões. Então, todas as vezes que eles vierem a Belo Horizonte, ao meu gabinete, farei questão de recebê-los e de ressaltar a importância do seu trabalho.

Por falar em vereador, meu caro João Leite, estou recebendo agora *e-mail* de um vereador de Capelinha, que me relata um fato extremamente grave. Quem me escreve é o vereador Jailson. Ele diz o seguinte: “Caro deputado Carlos Pimenta, o programa Geração Saúde, do governo de Minas, tem 120 academias contratadas. O programa oferece academia gratuita para jovens de 12 a 19 anos acima do peso. Nós estamos sem receber desde agosto de 2014, ou seja, 10 meses. Muitas academias já estão encerrando as atividades atoladas em dívidas, pois sempre têm de gastar, atualizando certidões do Cajef, para serem fornecedoras do governo de Minas, que não está pagando. Um abraço. Solicito apoio. Vereador Jailson, de Capelinha”. Quero aproveitar, meu caro Léo Portela, para transformar essa mensagem do vereador em apelo. Tenho procurado não entrar nesse atrito pragmático político que existe, PT, PSDB. Não sou de nenhum partido, nem V. Exa. é. Aqui há o João Leite, que defende o PSDB, e outros que defendem o PT. O importante é que o governo Pimentel entenda que o governo é um só, que ele pode ter sua coloração partidária, mas não pode, de certa maneira, interromper projetos dessa magnitude. O projeto Geração Saúde, meu caro João, tem trazido muito benefício à juventude, que está sendo acolhida nas cidades com nutricionistas e psicólogos. É um projeto que tem começo, meio e fim. Estamos falando de mais de 600 jovens que se inscreveram em Minas. Agora, de uma hora para outra, esse programa será interrompido, por falta de pagamento.

Faço desta tribuna, como farei na Comissão de Esporte, o apelo para que discutamos um projeto de tal natureza. Não é possível que Minas não esteja preparada para dar continuação a um programa como esse. O que está correto e dá certo tem de ser aplaudido e continuado. Como se não bastassem todos os outros argumentos, vivemos um momento em que a obesidade está matando muitas pessoas. Há jovens morrendo por infarto do miocárdio; há jovens nas filas de espera do SUS aguardando uma cirurgia bariátrica ou um procedimento semelhante. Então, peço a todos que me veem que se coloquem no lugar de um jovem desses, que foi incentivado a



procurar uma academia, mas, de uma hora para outra, vê seu sonho ser interrompido por falta de pagamento. Portanto, essa denúncia do vereador Jailson, de Capelinha, é das mais graves, e vamos levá-la adiante. Daqui a pouco vamos conversar com o amigo Rogério Correia para que ele encampe essa solicitação de reativar, com o pagamento dos atrasados, o programa Geração Saúde, que beneficia tantos jovens que estão com problemas de sobrepeso e se inscreveram nas academias. O fato é que, se nada for feito, até o final deste mês todas as academias vão encerrar suas atividades por falta de condições de bancá-las com recursos próprios.

Outra grave ponderação que quero fazer refere-se à Unimontes, em Montes Claros, que, sem dúvida, é uma das pouquíssimas universidades estaduais deste país que tem credibilidade e excelência ao ministrar seus cursos superiores, com mais de 8 mil alunos espalhados por seus câmpus em várias cidades do Estado. O fato é que, depois de 13 anos, a Unimontes abriu um concurso público para o qual se inscreveram mais de 6 mil candidatas e no qual 700 pessoas, entre professores e serventuários dos mais diversos cursos, foram aprovadas. Mas, de repente, o Ministério Público apresentou a denúncia de que não teria havido nesse concurso a reserva de vagas para deficientes. Diante disso, o juiz de Montes Claros, pessoa que conheço bem e que é equilibrado, sensato e absolutamente capaz, não teve alternativa senão suspender o concurso. Agora, a situação está complicada e os professores não têm noção de qual será o seu desfecho, enquanto as atividades da Unimontes, ao menos em parte, estão paralisadas. Então, o que queremos é que o governo do Estado analise a questão com paciência e tranquilidade e, por meio de seu departamento jurídico, faça as mudanças e as correções que forem necessárias para que o concurso, que tanto defendemos, tenha validade.

Fizemos aprovar na Comissão de Assuntos Municipais, com o auxílio do deputado Wander Borges, a quem agradeço desde já, requerimento de realização de audiência na Câmara Municipal de Montes Claros para debater esse concurso da Unimontes.

Eu quero dizer a centenas de professores, às pessoas que foram aprovadas nesse concurso, que esta Casa - independentemente de questões político-partidárias, porque a Unimontes é minha, é do deputado Rogério, é do deputado João Leite, é do governador, é de todos nós; ela é um patrimônio que o Estado conquistou, é uma grande universidade -, que nós vamos fazer o possível e o impossível para haver um desfecho favorável a respeito dessa questão da Unimontes.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Serei rápido, deputado Carlos Pimenta. Eu quero ser solidário a V. Exa. nessa questão, pois eu também recebi diversas solicitações para intervir favoravelmente ao concurso da Unimontes. Sei que V. Exa. já marcou uma audiência pública em Montes Claros no dia 27. Farei o possível para comparecer, porque a demanda tem sido exatamente esta.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa. Solicitaram a mim para fazer algo semelhante e como vi que V. Exa. já havia tomado a iniciativa para tal, farei tudo para estar presente.

O deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, deputado. Creio que a presença de V. Exa. e de outros deputados será importante. Quanto a isso, acredito que não é nenhuma ação do governo, acredito que o governador Pimentel deve estar preocupado com essa questão, assim como o secretário de Ciência e Tecnologia e o secretário de Educação. Creio que é dever de todos nós alçarmos essa bandeira tão importante, que é a bandeira da Unimontes.

Eu teria ainda, Sr. Presidente, como tema a ser discutido, a paralisação das obras da Barragem de Berizal e de várias outras ações no combate à seca, à pobreza, à escassez de alimentos do Norte de Minas, mas devido também à escassez do tempo que temos, vamos deixar para outra oportunidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Duarte Bechir - Caro presidente, deputado Hely Tarquínio; meu líder deputado Gustavo Corrêa; senhoras e senhores parlamentares, meu cordial boa-tarde. Cumprimento também toda Minas Gerais, aqueles e aquelas que nos acompanham.

Caro presidente, na última segunda-feira, às 9h30min, estivemos na Cidade Administrativa para participar de uma reunião de trabalho com a secretária de Educação, Sra. Macaé Evaristo, a requerimento aprovado pela comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Desde o início da reunião, à qual nos acompanhou o deputado e líder Bonifácio Mourão, demonstramos à secretária um ponto que quero dizer aqui aos novatos e também aos que já faziam parte do Parlamento, como o ilustre deputado Dalmo Ribeiro Silva, que se faz presente. Dissemos à secretária que estávamos inaugurando naquele momento, como outros parlamentares já o fizeram, um novo momento de dialogar e discutir com o governo através do secretário de Estado.

Na legislatura passada, eu ficava nas comissões procurando deter os ataques que pudessem trazer prejuízo ao governo do Estado, como, por exemplo, as inúmeras tentativas de colocar a Cemig numa condição semelhante à de quem praticava trabalho escravo, a fim de que a empresa perdesse o Índice Dow Jones de qualidade. Vejam bem, senhoras e senhores que nos acompanham e nobres parlamentares, tínhamos de estar atentos para que o governo não sofresse danos com perseguição contra os interesses dos mineiros. Uma vez a Cemig perdendo o Índice Dow Jones de qualidade, o prejuízo financeiro para a Cemig e para os mineiros seria altíssimo, e nós corríamos na defesa de nossas instituições, como também do nosso governo.

Disse à secretária no primeiro momento: “Secretária, aqui estamos. Talvez não comunguemos dos mesmos pensamentos político-partidários, mas o que nos traz aqui são os nossos interesses maiores a favor de Minas e dos mineiros, em especial o apoio à pessoa com deficiência”. A reunião transcorreu em clima que nos deu a impressão de que teremos, com toda certeza, apoio à causa que defendemos na comissão de apoio à pessoa com deficiência.

Quando falo desse apoio, quero mostrar a todos que nossa preocupação primeira, conforme requerimento aprovado, é que tenhamos, do Estado, garantia de que hoje os quase 2 mil servidores cedidos às Apaes, através da Lei nº 100, que teve decretada sua inconstitucionalidade, possam continuar prestando trabalhos para as associações, naquilo em que foram preparados, naquilo que sabem fazer com inteligência e fazem com o coração, que é prestar serviço de qualidade às Apaes.

Portanto, a nossa primeira preocupação na reunião com a secretária de Educação foi preservar os quase dois mil servidores do Estado, que, se não houver alteração em relação à Lei nº 100, terão seus trabalhos temporariamente ou para sempre suspensos nas Apaes.

Ilustre deputado João Leite, eu disse a ela que propusemos a PEC nº 3 aqui na Casa - sou um dos subscritores -, que dá a todos os servidores da Lei nº 100 a segurança de que precisam para continuar trabalhando para o Estado, para Minas Gerais; e que, no trâmite da Assembleia, normalmente quando se apresenta uma proposta de emenda à Constituição - PEC -, são designados membros para essa



comissão especial, que são responsáveis por emitir seu posicionamento a respeito dessa PEC. Nesse sentido, eu e os deputados João Leite e Lafayette de Andrada requeremos, esta semana, no dia de ontem, a perda de prazo dessa comissão especial, porque, até a presente data, não houve nenhuma manifestação dessa comissão, por mínima que fosse, para discutir conosco, com os interessados, a Lei nº 100. Como não houve, requisitamos a perda de prazo, já que se esgotaram os 40 dias destinados a essa comissão, que teria a responsabilidade de emitir um parecer prévio. Dissemos à secretária que estávamos preocupados. Além do segmento, há outras instituições que também têm servidores cedidos pela Lei nº 100 para que essas entidades funcionem. E a secretária nos disse que, continuando a manifestação do Supremo de inviabilizar a Lei nº 100, a primeira proposta é de que, se esses servidores perderem seus empregos, seja feito um convênio com as Apaes, e o Estado então poderia repassar o recurso por meio de um empenho, um convênio, para que cada uma das Apaes contratasse o servidor que era da Lei nº 100, que assim continuaria prestando trabalho às Apaes, e o serviço não seria interrompido.

Essa primeira manifestação da secretária nos deixa, de certa forma, um pouco aliviados, mas não podemos fugir da responsabilidade desta Casa, de todos os partidos que a compõem, de criar um caminho alternativo para os servidores atingidos pela Lei nº 100. No meu modo de entender, a PEC nº 3 é hoje o instrumento mais positivo para que se possa corrigir uma injustiça praticada contra esses servidores.

No dia da votação da Lei nº 100, com o Plenário cheio, as galerias cheias, os mineiros em casa assistindo, diversas famílias querendo a aprovação da Lei nº 100 para comemorar a continuidade do trabalho desses servidores, houve aqui um voto que quero relembrar especialmente. No dia da aprovação, a deputada Elisa Costa, hoje prefeita de Governador Valadares, subiu a esta tribuna, pegou o microfone e disse: “Sr. Presidente, o PT encaminha favoravelmente à aprovação da Lei nº 100”. O PMDB se manifestou da mesma forma, favoravelmente à aprovação da Lei nº 100, assim como o PSDB e os demais partidos - PSB, PPS -, todos, em unanimidade. Esta Casa aprovou a Lei nº 100, e agora vejo que um grupo de parlamentares que representam outros partidos, porque não podem ser mais daquele, mudam a sua postura, a sua trajetória, abandonando esses servidores, deixando-os à míngua, sem esperança, e não lhes trazem nenhuma palavra de consolo ou de esperança.

Então eu disse à secretária: na nossa competência, estamos aqui brigando pelos servidores da Lei nº 100 que serão atingidos, aqueles que servem às Apaes e a outras escolas e que o Estado cedeu. Se cada um dos parlamentares criar um caminho alternativo, acho que podemos tentar resolver.

Mas imaginem só, senhoras e senhores, deputado Cássio Soares, ex-secretário de Estado, se déssemos as mãos, toda a Casa, e buscássemos uma alternativa justa, eficaz, para atender aos servidores da Lei nº 100, estaríamos fazendo não mais que a nossa obrigação.

O deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, deputado Duarte Bechir. V. Exa. e vários outros deputados desta Casa têm defendido com muita força os servidores, totalmente abandonados e perseguidos pelo PT. Agora virá - vejo também aqui o deputado Arantes - o troco, que será a ausência dos professores nos quilombos, para os povos indígenas e as Apaes. Mas é o normal do PT, que votou a favor da Lei nº 100 e agora é contra, sequer coloca em votação a proposta de emenda constitucional. Vamos ter aqui os representantes da Lei nº 100, menos sete, que já se suicidaram. Este é o quadro, deputado Fábio Avelar, do que está acontecendo no Estado: servidores que serviram o Estado 25, 30 anos suicidam-se hoje. E o deputado sequer chama reunião para tratarmos da proposta de emenda constitucional. Mas é assim o PT.

Vejam, fizeram críticas pesadas ao governo do Aécio por causa das PPPs: “Ah, são um absurdo as PPPs”. Ontem, em São Paulo, o governador Pimentel anunciou que o grande projeto do governo dele são as PPPs, que ele vai lançar as PPPs em Minas Gerais. Lembro-me de que eles queriam interromper as PPPs e agora as querem no governo deles. É assim. Normalmente crítica e perseguição ganham eleição, mas não se consegue governar. Eles não conseguem governar. É uma crise atrás da outra.

Vejam o sistema de defesa social. Amanhecemos hoje com todos os diretores regionais, diretores das unidades querendo colocar o cargo à disposição do governo, porque não aguentam mais a ingerência político-partidária no sistema de defesa social. Querem dizer que no governo passado... Quero perguntar a V. Exa., que era líder do governo: indicou algum diretor de penitenciária?

O deputado Duarte Bechir - Jamais.

O deputado João Leite (em aparte)* - Qualquer um aqui pode dizer isso. Pois agora é partido quem indica quem vai cuidar dos presos. Isso é um escândalo. É dessa maneira que eles governam. Agora proibiram o Ministério Público de fazer acompanhamento do cumprimento de pena nas unidades penais. Isso é outro escândalo e não vai dar certo.

Hoje amanhecemos com as Polícias Civil e Militar em guerra. Vai dar algum problema para as Polícias Civil e Militar? Não. Vai dar problema para o cidadão de Minas Gerais. Podem fazer crítica, podem perseguir - como eles fizeram ao governo passado -, mas não conseguem governar. É uma crise após a outra. Vamos ver essas pessoas, que o líder Bechir citou, que estão nos quilombos, nas aldeias indígenas e nas Apaes dando aulas para quem este governo deu uma grande banana. Juntou aqui para penalizar gente que está na cantina das escolas.

Agora vamos ver - não posso falar muito, pois é o deputado Sargento Rodrigues quem está tratando disso - o quanto este governo deixou de investir neste primeiro trimestre. Eles são muito bons para falar sobre a queda de investimento do governo passado, mas não sabem administrar. Temos um apagão de gestão em Minas Gerais. E está aqui a queda da produção em Minas Gerais, os números estão aqui, líder Duarte Bechir. Eles, que eram contra as PPPs, agora são a favor. Como mentiram, não é?

A produção industrial, em Minas Gerais, em relação a fevereiro e março passado, caiu 9,7%. Esse é o governo do PT, o governo da crise que não acaba, da crise permanente. Agora o grande projeto deles são as PPPs. Obrigado, líder.

O deputado Duarte Bechir - O.K. Peço a V. Exa., presidente, tempo para concluir. Vejam bem o que gostaria de deixar a V. Exas. Não se brinca com o futuro, não se brinca com a felicidade, não se brinca com o ser humano. Esta Casa, seus pares e os partidos que a compõem, aprovaram a Lei nº 100, e hoje alguns deputados sequer, presidente, querem discutir uma proposta que está tramitando na Casa. Vejam que o tempo passa. Dizem que tudo que se joga ao vento volta. Quero pedir aos senhores parlamentares: vamos nos unir,



vamos enfrentar o desafio. Cabe a esta Casa devolver a tranquilidade aos servidores da Lei nº 100, que foi dada por esta Casa, mas lhes foi tirada.

Então, termino dizendo: vamos nos unir em favor dos servidores da Lei nº 100, pois não merecem serem abandonados, como hoje se encontram, por um grupo que ocupa a Assembleia de Minas. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Lamac* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Nobres deputados desta Casa, população que nos acompanha nas galerias deste Parlamento mineiro e pela TV Assembleia, assim como os internautas que nos acompanham pelo *site*, estamos aqui hoje para compartilhar com todos os mineiros e mineiras o momento que vivemos no nosso Estado de Minas Gerais, um momento bastante interessante e, acredito, bastante fecundo. Precisamos, de fato, levantar reflexões, porque, nos próximos meses, vamos nos debruçar no que virá a ser o modelo de educação que desejamos para os nossos filhos, os nossos netos e os nossos entes queridos para os próximos 10 anos. Conforme determinado pela Legislação Federal, todos os estados e municípios devem aprovar os planos estaduais e municipais de educação, ainda neste semestre.

É um desafio muito grande, um desafio que foi apresentado aos estados e municípios há cerca de um ano. Minas avançou e vem avançando, buscando cumprir os prazos, mas, assim como grande parte dos estados e municípios, está buscando enfrentar o desafio de não aprovar um plano que seja tão somente, como aconteceu nas últimas vezes, uma carta de intenções, um plano que não represente de verdade, de fato, um anseio da sociedade, da população.

Por isso, estamos empenhados, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação e com o Fórum Mineiro de Educação, em construir um processo participativo. Com a autorização do presidente desta Casa, deputado Adalcleber Lopes, estamos dando início ao Fórum Técnico do Plano Estadual de Educação, que percorrerá as diversas regiões deste estado, discutindo com os mineiros e as mineiras o modelo de educação que seja adequado. Eventualmente, percebemos que existem pontos de vista, preocupações que precisam ser acolhidas no nosso plano estadual de educação, que são as diretrizes. Como o plano estabelece metas e condutas, é muito importante que toda a população se aproprie desse momento, um momento de participar e de definir que educação queremos e de que forma será construída em nosso estado.

Temáticas como “o que se espera de resultados nas provas e nas medidas de desempenho de qualidade da educação” são tratadas nesse plano. Ali se estabelecem as metas de atingimento de notas que pretendemos para os próximos anos. Da mesma maneira, vamos discutir educação no campo, tema tão importante, educação para quilombolas e educação para pessoas com deficiência. Temos espaço para todos os pontos de vista.

A partir dessa construção coletiva, teremos condições de apresentar a esta Casa conteúdo substancial, fruto de debate com a sociedade, para podermos aprovar um plano que de fato represente o anseio da população pela melhor educação possível para nossos jovens. Elemento indiscutível em todos os estudos, tanto de economia quanto de sociologia, a educação de qualidade e o acesso à formação é a maneira mais eficaz de se reduzir a desigualdade social, a maneira mais eficaz de levar qualquer país ao desenvolvimento. Esse é o primeiro ponto.

Antes de conceder aparte aos deputados membros da Comissão de Educação, nosso vice-presidente Douglas Melo e nosso membro efetivo Professor Neivaldo, que esteve conosco participando da última reunião da Mesa com o sindicato dos professores e com a associação de diretores de escola, não poderia deixar de dizer que também estamos passando por um momento bastante inspirador na educação. Esperamos pelo posicionamento de todos nas assembleias que acontecerão esta semana, frente a uma proposta que há muito, há décadas não era apresentada às categorias de educação. Além de apresentar reajuste concreto - estamos falando de quase 32% -, faz o reconhecimento de disparidades berrantes, como a remuneração absolutamente indevida do diretor de escola e a ausência absoluta de paridade. Quero me referir aos diretores aposentados, pessoas que trabalharam, que lutaram para fazer a condução adequada das escolas e que vinham sendo discriminados. Ainda hoje o diretor aposentado recebe uma fração do valor de um diretor da ativa, que ainda é extremamente mal-remunerado. Estamos falando de um aumento concreto na remuneração dos diretores de escola e da paridade dos aposentados, algo que se perdeu nos últimos governos e que está sendo recuperado de imediato. Estamos falando da retomada de uma carreira - e é importante a perspectiva de carreira para qualquer profissional - e da garantia da paridade com aqueles que já estão inativos.

Este é um momento muito importante, muito auspicioso para a educação. Estamos discutindo planos que determinam o que queremos para o futuro da educação. O governo do Estado dá os elementos concretos. Todas as categorias da educação serão beneficiadas por um reconhecimento que não se fazia há várias décadas. Estamos falando de um esforço consistente. Contamos com a presença, durante essa discussão, do secretário de Governo, da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Finanças, demonstrando o imenso esforço que o governo do Estado fará para garantir a todas as categorias da educação esse respeito, essa dignidade que lhes faltava. Deve ficar claro que é uma opção prioritária o investimento na educação, conforme compromisso firmado pelo então candidato Fernando Pimentel, hoje já materializado na forma de proposta. Certamente será um acordo histórico firmado com a educação de nosso Estado pelo nosso governador Fernando Pimentel.

Concedo aparte ao vice-presidente da Comissão de Educação, deputado Douglas Melo.

O deputado Douglas Melo (em aparte)* - Obrigado, deputado Paulo Lamac. Quero parabenizá-lo pelas palavras, sempre muito consciente do que fala.

Gostaria também de parabenizar nosso governo por diversas vezes ter atendido as solicitações feitas pela Comissão de Educação. Essa comissão vem sendo muito bem conduzida por V. Exa. Dela faço parte com imenso prazer. Em uma das reuniões, quando eu e o senhor participávamos, sugeriu-se aos membros do governo que, realmente, esse diálogo fosse mais amplo, inclusive com os municípios, principalmente com os prefeitos das cidades menores, porque muitas vezes a meta que se tem em uma cidade maior dificilmente será alcançada em um município menor, justamente pelas grandes dificuldades que enfrenta.

Vejo que o governo está indo pelo caminho certo, está tendo a humildade de ouvir esses prefeitos e, acima de tudo, está procurando a solução onde ela realmente está. A solução está na sugestão dada por aqueles que sofrem no dia a dia com os problemas. Dessa



forma o governo vem ouvindo professores, diretores, essa classe que merece realmente uma atenção especial, porque sabemos que hoje um dos grandes problemas de Minas está diretamente ligado ao não incentivo à educação, que é a violência.

Amanhã, por exemplo, teremos audiência pública em Sete Lagoas, deputado Paulo Lamac, em que será discutida a segurança pública; vários temas serão debatidos, mas o principal será a segurança pública.

Tenho certeza de que a educação passará também por lá. Acredito no diálogo que o governo Fernando Pimentel vem buscando. Nosso secretário Bernardo Santana, que aliás confirmou presença, estará lá justamente para ouvir a população e para mostrar também o que o governo vem fazendo pela segurança pública.

No mais, volto a afirmar o compromisso da nossa Comissão de Educação e o que V. Exa. vem fazendo. Sempre procura temas relacionados ao assunto, muitas vezes temas que estão em paralelo, justamente para fortalecer, para fomentar. V. Exa. está de parabéns. Agradecemos ao governo por abrir esse diálogo conosco.

O deputado Paulo Lamac* - Agradeço as palavras, meu caro colega de comissão, vice-presidente Douglas Melo, e também ressalto a qualidade da renovação dos parlamentares desta Casa. Todos nós, mineiros e mineiras, fomos brindados com parlamentares que chegaram com muita disposição, determinação e conteúdo, com algo a acrescentar nas discussões. Fico muito feliz de contar com V. Exa. na vice-presidência da nossa comissão e com nosso colega deputado Professor Neivaldo, que também é recém-chegado a esta Casa. Ele compõe nossa comissão com muita competência e traz sua experiência de luta na área de educação. Recentemente, os profissionais não tinham acesso nem mesmo à merenda, não é, deputado Neivaldo?

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) - Obrigado, deputado Paulo Lamac. Para nós também é grande a satisfação em compartilhar dessa comissão com V. Exa., que nos tem passado sua experiência de deputado.

Sou professor da rede estadual. Vivencio desde 1991 esse processo para a educação. Em determinado momento, conquistamos um plano de carreira, mas, nos últimos 12 anos, o que vimos realmente foi o total descaso em relação ao funcionalismo público. Fico muito feliz de estar vivenciando este momento, quando nós, da Comissão de Educação, fazemos parte de uma outra comissão para discutir o Plano Estadual de Educação. Neste momento discutimos o plano no sentido pedagógico, mas nos preocupamos com a educação em todas as suas etapas. Sem dúvida, nenhuma dessas etapas foi a valorização dos profissionais de educação. Estávamos sem plano de carreira. Não conseguíamos atingir o piso salarial profissional nacional. O choque de gestão atingiu apenas o funcionalismo público.

Temos um grande problema a enfrentar, que é a estrutura física das escolas. Nossas escolas estão caindo. Em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, tenho visto escolas totalmente sucateadas. Recentemente, na Escola Estadual Segismundo Pereira, em Uberlândia, um ventilador caiu em cima de um aluno. Em algumas escolas, quando chove, é melhor ficar do lado de fora que na sala de aula. Os funcionários, os servidores, os profissionais da educação foram abandonados, o espaço físico foi abandonado e, conseqüentemente, nossos alunos também.

Mais recentemente, os trabalhadores de educação eram proibidos de tomar lanche nas escolas, ou seja, não podiam comer da merenda dentro da escola. Era esse o Estado em que nos encontrávamos. Agora temos a satisfação de estar discutindo o Plano Estadual de Educação. Amanhã, segundo o Sind-UTE, é um dia de paralisação, um dia de assembleia, mas acredito que as negociações avançaram bastante; o governo apresentou propostas positivas.

Para encerrar, queria dizer que Minas está na contramão do Paraná, do Pará e de São Paulo. Esses três estados, liderados pelo PSDB, estão todos de greve. No Paraná, vimos o exemplo do governador do PSDB: bater nos profissionais de educação. Aqui isso não acontece, negociamos com a educação, com a saúde e com todos os servidores. Muito obrigado. Desculpe-me.

O deputado Paulo Lamac* - Imagine, é um prazer, deputado Professor Neivaldo. É verdade: lá no Paraná, eles dão bomba no professor, bomba na educação. Lamentamos, mas, graças a Deus, estamos fazendo diferente, em que pesem todas as dificuldades - você, mineiro, e você, mineira que nos acompanham aqui, sabem das dificuldades deixadas para a atual administração, pois isso é público e notório. Todos sabemos da situação calamitosa das finanças do Estado, mas a prioridade está sendo demonstrada: a educação. Estamos falando de imensos investimentos realizados nos próximos anos que farão a diferença na vida de cada um mineiro e de cada uma mineira.

Peço só um minuto, presidente, para encerrar. Não estamos falando simplesmente de salário, mas sim, presidente, do fato de hoje apenas cerca de 30% dos professores da rede estadual serem concursados, a grande maioria não tem estabilidade. Então há um compromisso firmado de serem nomeados pelo menos 15 mil professores concursados ainda este ano. Estamos falando de algo que jamais aconteceu no Estado, com a meta de inverter essa lógica; chegaremos, ao final do primeiro mandato do governador Fernando Pimentel, com 70% de professores efetivos na educação de Minas Gerais, portanto essa não é apenas uma questão de salário, mas sim de concepção e de dar importância à educação, a seus profissionais e, principalmente, à população, que é o real objetivo de tanto investimento e empenho do governo e dos profissionais da educação.

Quero congratular-me com todos e todas que participaram e vêm participando desses esforços e agradecer a tolerância, Sr. Presidente. Vamos em frente e esperamos amanhã, na assembleia do Sind-UTE, poder comemorar um grande acordo, um acordo histórico de Minas Gerais com seus educadores. Muito obrigado. Bom trabalho a todos nós.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, alunos do curso de direito - sejam muito bem-vindos a esta Casa; também sou aluno e estou no 15º período de direito -, quero iniciar dizendo, deputado Rogério Correia, que na política funciona assim: quem ganha a eleição tem de governar e a quem a perde sobra espernear. Isso faz parte do processo político. Vi um deputado aqui atacar o governo e dizer que nunca viu, na face da terra, no processo político, indicar-se diretor de cadeia. Penso, então, que a Zona da Mata não está em Minas Gerais, pois todos os diretores de seus presídios foram indicados por um determinado grupo político, sem exceção.

Saiu uma manchete no jornal dizendo assim: "Funcionários ameaçam debandada em secretaria e atacam o secretário Bernardo Santana". Em primeiro lugar, temos de dizer que há muitas pessoas indignadas com a mudança que o secretário está fazendo na Seds.



Sabem quem são esses indignados? Aqueles que tinham cargo de confiança no governo anterior, tinham DAD, e agora estão sendo demitidos. Não eram sequer funcionários de carreira. Obviamente, quando um novo secretário assume, troca os cargos de confiança do secretário anterior por aqueles que estão vinculados à sua gestão política e técnica. Então, os indignados são aqueles que estão sendo demitidos, porque eram do governo anterior e agora estão esperando.

Na matéria jornalística, dizem que o subsecretário está indignado. Todos os subsecretários procuraram o secretário Bernardo Santana para emitir nota de apoio ao trabalho que vem desenvolvendo. Se algum subsecretário usa subterfúgio e diz que quer sair, fique à vontade, saia! Deixaremos aqueles que querem governar com uma nova gestão. Se porventura outra pessoa quiser sair, que saia agora. Governaremos com a visão do novo governo, com novo secretário.

No momento em que o sistema prisional tem uma das maiores oportunidades de cuidar dos seus servidores, alguns dizem: “Não! Está faltando vaga em cadeia, está faltando viatura”. Está mesmo. Mas e o servidor? Ele não é biônico, não é *videogame*, que tem sete vidas. É a primeira vez na história que servidores, agentes prisionais, administrativos e socioeducativos têm a oportunidade de ser ouvidos e atendidos.

Relato algumas ações que o secretário Bernardo Santana fez em três meses. Primeiramente, ele editou uma resolução permitindo a permuta e a transferência de servidores de uma Risp para outra em estágio probatório. Sabem por quê? Porque foram nomeados em 2015, mas o concurso foi realizado em 2012, ou seja, três anos antes. Às vezes, o servidor fez concurso em Uberlândia e veio para Belo Horizonte três anos depois. Ele tinha de ficar lá, sair do serviço e ficar 8, 9 horas na estrada. Em segundo lugar, depois das eleições, o governo anterior chutou o balde. Para chamar os aprovados no concurso de 2012, começou a demitir, a retirar o emprego de servidores contratados, inclusive de servidoras grávidas, nobres futuros doutores e doutoras. Assumimos em 1º de janeiro e chamamos todos os aprovados no concurso de 2012 sem demitir um servidor contratado. Esse foi um mérito do secretário. Além disso, quando a polícia ou outra autoridade parava o agente de segurança prisional, ele se identificava através de contracheque impresso no computador, porque não tinha sequer identidade funcional. Tivemos uma audiência com o secretário, que mandou comprar imediatamente uma máquina para fazer a identificação, até com porte de arma.

Realizamos uma audiência pública nesta Casa porque quase 5 mil servidores arriscavam perder o emprego, tendo em vista que o seu contrato estava se esgotando. Em entendimento com o governador, o secretário negociou para que os contratos fossem prorrogados por mais dois anos. Aí a turma que está lá de plumagem vai espernear mesmo. Enquanto o secretário está trabalhando, as pessoas que estão perdendo o emprego estão esperando.

O secretário também está fazendo um convênio com a Taurus, para que o servidor compre uma arma, equipamento de proteção individual diretamente da fábrica, com até 50% de desconto. A PM já fez esse convênio, assim como o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil.

Terminamos agora uma negociação, da qual tive a honra de participar, referente aos agentes administrativos. Sabe por quê? O agente administrativo da PM, legitimamente, ganhava um salário; o da Polícia Civil ganhava um salário menor; e o agente administrativo da Seds, um salário inicial, deputadas e deputados, de R\$700,00. Era o primo pobre. Fez-se uma negociação agora com o Sindpúblicos, capitaneada pelo servidor José Lima. O secretário, em negociação com a Seplog, fez uma recomposição para que os agentes cheguem até o salário dos agentes das Polícias Militar e Civil. Então, é por isso. E mais: o secretário determinou que a lei orgânica, que corre para lá e para cá há 10 anos, venha a ser discutida e enviada para esta Casa.

O deputado Léo Portela (em aparte) - Deputado Cabo Júlio, é um prazer apartear V. Exa., que é tão aguerrido, tão combativo, ocupa esta tribuna para trazer justiça ao debate parlamentar.

Justiça deve ser feita porque estamos falando de um secretário de Estado, Bernardo Santana, que, com o seu reconhecido tirocínio, com a sua reconhecida assertividade, fez com que os índices de homicídio em Minas Gerais caíssem 11% em quatro meses; com que os índices de homicídio em Belo Horizonte caíssem 34% em quatro meses; com que os índices de homicídio na Região Metropolitana de Belo Horizonte caíssem 19% em quatro meses. Ora, quem faz coro com as críticas a um homem dessa envergadura, dessa competência, dessa idoneidade só pode estar em conluio com a bandidagem. Não há outra definição. Quem é contra o trabalho sério é a favor da bandidagem. O secretário Bernardo Santana e o Partido da República estão combatendo a criminalidade em Minas Gerais, a bandidagem neste Estado.

É importante dizer que o que estamos levantando ali, na Secretaria de Defesa Social, são informações que deixam qualquer um estupefato. Vejam bem, assumimos a Secretaria de Defesa Social com 5 mil viaturas da frota do Estado estragadas, destruídas. As empresas responsáveis pela manutenção dessas viaturas estão sem receber, deputado Cabo Júlio, desde outubro. Assumimos a secretaria e desde outubro essas empresas não eram pagas.

Então, vocês podem ver, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o nível em que a segurança pública era tratada em Minas Gerais, mas não mais, não mais. Vimos, também, que, dentro da Seds, a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas, - algo tão sério, porque 70% dos homicídios em Minas Gerais estão relacionados à venda, ao tráfico de drogas - era usada como brinquedo político para atender à sanha nomeatória de acordos eleitoreiros, como ocorreu em 2012, em Belo Horizonte. Vimos aquela secretaria sendo usada para aplacar a sanha nomeatória de um partido que precisa de apoio para o seu plano de poder. Hoje não é mais assim. Vemos pessoas sérias, competentes, que realmente têm história de lutas contra as drogas ocupando aquele lugar. Isso se dá em virtude do tirocínio, da competência, da assertividade do secretário Bernardo Santana, que também foi alçado, logo no primeiro mês, à condição de presidente do colegiado de secretários de segurança pública do Brasil, um reconhecimento à sua competência, ao seu caráter, à sua integridade na luta contra a criminalidade.

Então, secretário Bernardo Santana, continue firme na luta contra a bandidagem, contra a criminalidade que estava instaurada no governo de Minas Gerais.

O deputado Iran Barbosa (em aparte) - Deputado Cabo Júlio, V. Exa. foi muito feliz em suas colocações, principalmente quando disse que o secretário Bernardo Santana tem enfrentado praticamente uma máfia - a palavra certa é máfia -, que existia em processos



dentro da secretaria, mas hoje isso está acabando. O uso político da estrutura de segurança pública está terminando. A segurança está voltando a ser questão de segurança.

É preciso dizer que nesses primeiros três meses à frente da secretaria ela bateu recorde de prisões dos últimos 12 anos. Nunca se prendeu tanto em Minas Gerais. A redução da criminalidade ainda não se deu com maior força em virtude de uma herança de anos de desprezo em cima dessa secretaria. O ex-deputado federal e atual secretário Bernardo tem de ser defendido porque o seu trabalho é perfeito. V. Exa. está mais perfeito ainda, pois foi extremamente feliz nessa defesa.

O deputado Cabo Júlio* - O secretário Bernardo Santana está fazendo um negócio muito interessante. Ele está tirando os agentes do sistema prisional da categoria de primos pobres. Vou dar um exemplo: o policial militar se aposenta com 30 anos, o bombeiro com 30 anos, o policial civil com 30 anos e o agente de segurança prisional com 35 anos. Foi renegado a ser o primo pobre. Há um monte de direitos que os colegas não têm.

O secretário está colocando o dedo na ferida. Havia uma guerra na secretaria: às vezes, o servidor saía de Montes Claros para fazer uma escolta até Unai, mas não recebia diária, enquanto outros coleguinhas recebiam. Ele está colocando mesmo o dedo na ferida. Ele está colocando a casa em ordem. É por isso que estão esperando. Que esperneiem mesmo porque o secretário vai tirar quem não estiver nessa linha de visão. Segurança pública é política de Estado, não pode ser política de governo.

É por isso, secretário, que há algumas pessoas incomodadas. Elas não estão pouco incomodadas, estão muito incomodadas. E vai haver mais gente para ser incomodada, pois há gente que nem servidor de carreira é, mas tem cargo de gerenciamento. Há gente que nem servidor da segurança pública é, mas estava lá por indicação política. O que o secretário está fazendo? Tirando essas pessoas e colocando servidor de carreira. Isso é valorizar a classe. É por isso que incomoda. Daí vão ao jornal e falam assim: “Queremos dizer que estamos angustiados, estamos incomodados, mas não dizemos o nome de quem é. Há superintendente, mas não diremos quem é. Há subsecretário, mas não também não diremos quem é”. Quer dizer, tudo o que é todo mundo não é ninguém. Por isso, estamos aqui para dizer ao secretário Bernardo Santana, que está em Brasília - enquanto estão esperando, ele está trabalhando: secretário, continue firme. Coloque a casa em ordem. Se precisar passar o rodo, passe. Estamos aqui para apoiá-lo. Estamos aqui para garantir que o senhor faça seu trabalho.

Termo dizendo o que disse aos servidores. Estou em 350 grupos de WhatsApp de todas as Risps no meu celular, e a voz é uma só: secretário, o sistema está com o senhor. O sistema prisional está com o senhor. O sistema socioeducativo está com o senhor. Os agentes estão com o senhor, pois acabaram de fazer uma negociação. O senhor é o cara. Ponha para quebrar. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Lamac* - Agradeço muito, Sr. Presidente, a oportunidade dada pelo nobre colega, deputado João Leite. Gostaria de pedir que meu tempo fosse recomposto, pois são preciosos todos os minutos neste Parlamento e nesta tribuna junto com meus nobres e sábios colegas parlamentares.

Em primeiro lugar, identificamos, durante a leitura, um erro material com relação ao ano lido - e o deputado João Leite se ateve a esse erro exatamente porque eu fiz a observação no curso da leitura. Estava escrito “2014”, mas, obviamente, como o governador tomou posse neste ano de 2015, não há como ser a data de 2014. Por isso, no curso da leitura, identifiquei esse erro e peço aos colegas parlamentares que tenham tolerância com a assessoria, que fez a redação desse material, porque, de fato, por absurdo que possa parecer, o erro foi identificado e devidamente corrigido durante a leitura. Então, vejam bem, para que não haja dúvidas, a mensagem que encaminhou o veto do governador é a Mensagem nº 13/2015, que jamais poderia ter sido publicada em 2014.

Este relator, no curso da leitura, identificou o erro material e o corrigiu devidamente. Portanto, deve constar na ata o registro de que a Mensagem nº 13/2015 foi publicada na data de 26/3/2015. Não há que se imaginar que existe algum vício, algum erro que não o material. Eu, como relator, em que pese ter que fazer essa correção de público, e o faço sem nenhum constrangimento, não vou penalizar a assessoria, que cometeu esse erro material; de fato, não poderia ser considerado eivado de vícios um parecer cujo objeto, conteúdo ou consistência está absolutamente coerente e de acordo com os vetos opostos à matéria pelo Sr. governador.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Quero fazer um rápido aparte, deputado. Esse veto diz respeito a um projeto de lei enviado pelo governador do Estado, posteriormente aprovado nesta Casa, que se tornou lei e fez mudanças administrativas na estrutura do governo do Estado de Minas Gerais.

Passamos 12 anos sem discutir as mudanças futuras. Essas mudanças eram feitas antigamente por meio de leis delegadas. O governador do Estado, como um imperador, ditava as leis para alterar a estrutura administrativa do Estado da forma como queria. Só o atual senador Aécio Neves, quando foi governador, junto com o Prof. Anastasia, fizeram 200 leis delegadas. Os dois governadores são autores de muito mais leis do que o conjunto de deputados de muitas legislaturas sem nunca ter votado uma lei. Eram as leis delegadas, de triste passado. Lembra-se disso, deputado? Era uma herança maldita também que ficou.

Essa estrutura foi votada, discutida aqui. Agora o governador, democraticamente, opõe um veto, que vamos discutir. Os deputados que compunham o antigo bloco governista, PSDB e aliados, não estavam acostumados com esse processo democrático de apreciar vetos, por isso estão estranhando o relatório que V. Exa. está lendo, mas o veto faz parte do processo democrático. Antigamente isso não existia porque as leis eram delegadas, o imperador fazia as leis.

Então, queria que V. Exa. relembresse que estamos num processo democrático. Voltamos ao processo democrático. O choque de gestão acabou em Minas, e a democracia voltou.

O deputado Paulo Lamac* - Nobre deputado Rogério Correia, compreendemos esse estranhamento nessa relação. Acredito que talvez seja a primeira vez em que vários dos parlamentares que estão nesta Casa há mais de uma década estejam tendo oportunidade de fazer um debate sobre a organização da estrutura do Poder Executivo Estadual, uma vez que isso era imposto de maneira pouco democrática, autoritária. As discussões aqui eram proibidas, era difícil, era quase impossível vencer as muralhas da censura e das dificuldades impostas a todos os que ousavam ter um ponto de vista diferente. São coisas do passado.



O ponto que acho importante é que não podemos nos desfocar das questões fundamentais, do que diz respeito ao conteúdo do projeto, e ficar nos concentrando em questões secundárias, em fogos de artifícios ou em qualquer outro tipo de estratégia diversionista que queira mudar o objeto da discussão, que é claríssimo, objetivíssimo. Vejam bem, um erro de data, material, não é óbice à análise do conteúdo apresentado, que é extremamente simples. Gostaria muito que o telespectador que nos acompanha pela TV Assembleia, assim como nossos amigos do Plenário, compreendessem essa questão.

O projeto original criava na secretaria uma importante iniciativa do governador para ordenar os recursos humanos do Estado, fruto de acordo que aliás foi comemorado aqui, nesta mesma tribuna, por vários parlamentares da oposição. Vieram aqui, fizeram manifestação pública de que conseguiram a manutenção da ouvidoria, algo, aliás, importante, consenso nesta Casa. Tivemos consenso natural na manutenção da estrutura da ouvidoria. E aqui não se confunde um órgão autônomo com uma secretaria. Não há que fazer essa confusão. Por favor, telespectador e cara população de Minas Gerais, não confundam órgão autônomo com secretaria. O que estamos discutindo aqui é o equilíbrio econômico-orçamentário. O órgão autônomo implica custo. A manutenção do cargo de ouvidor implica uma despesa equivalente à do cargo de secretário, então estamos falando de uma equivalência orçamentário-financeira. Aquele órgão ia ser extinto pela proposta do governador, mas ele aceitou o acordo estabelecido nesta Casa a pedido dos deputados de oposição. Eles estiveram aqui nesta tribuna e comemoraram o feito, a conquista da manutenção da ouvidoria e, naturalmente, da estrutura de despesa orçamentária, que é natural. Todo órgão autônomo, toda estrutura, meus amigos, custa dinheiro público. Somos nós que financiamos. Então, o custo da conquista e do consenso aqui estabelecido entre os parlamentares, por solicitação dos parlamentares da oposição, impôs ao governador do Estado cortar despesas em outra área.

Aquela proposta original de criação da Secretaria de Recursos Humanos se viu prejudicada. O cobertor tem o mesmo tamanho. Se já está faltando, se já há déficit orçamentário - sabemos que estão faltando recursos, que o Estado está quebrado -, se falamos que não vamos cortar custos na ouvidoria, temos de cortar em outro lugar. O governador teve a grandeza de acolher o acordo construído neste Parlamento pelos representantes da população. Ele acolheu o acordo que manteve a estrutura de custos do órgão autônomo ouvidoria e, para isso, teve a grandeza de vetar parte da proposição que ele mesmo encaminhou a esta Casa. Isso é grandeza: aceitar os acordos, aceitar as construções democráticas, mas tendo responsabilidade. Se o acordo custa tanto, vamos ter de cortar de outro lugar. De onde vamos cortar? Da criação da secretaria.

Não vamos nos confundir. É importante que tenhamos clareza na compreensão das questões. Alhos são alhos, bugalhos são bugalhos. Não podemos confundir as coisas. Viaduto é viaduto. Ponte é outra coisa. A questão não é a identidade das estruturas - secretaria e órgão autônomo. A questão é: tudo custa dinheiro. Atualmente dinheiro é o que não temos disponível no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, o que nos cabe? Toda estrutura - não importa qual nome se queira dar a ela, se é secretaria, se é órgão autônomo - a ser preservada, se não estava prevista originalmente na estrutura apresentada na proposta do governador, implica necessidade de corte. O governador, de maneira generosa, de maneira democrática, republicana, acolheu o acordo realizado por esta Casa e cortou na sua própria proposta. Medida coerente, medida responsável, que demonstra o caráter ético, o caráter republicano e compromissado com as finanças do nosso estado, já tão combalidas depois das últimas administrações, que se mostraram temerárias tanto em suas prioridades quanto na forma da execução das que elegeram como prioritárias.

Sr. Presidente, em primeiríssimo lugar, no momento em que inicio a análise do veto ao Projeto de Lei nº 22.620, quero deixar muito claro que não concordamos absolutamente com a proposição apresentada por nosso par, o deputado João Leite. Aliás, já estamos fazendo a retificação desse erro material sobre a data. Dessa maneira, estamos solicitando...

Sr. Presidente, queria pedir a garantia da palavra. Estamos tentando fazer uso da palavra, mas percebemos a ansiedade e o desejo dos nossos colegas que querem se manifestar. De fato, faz parte da democracia, faz parte do Parlamento, faz parte até da boa educação respeitar a palavra do parlamentar que está fazendo uso dela. Apesar de nem todos cultivarem os mesmos valores, os mesmos princípios éticos, morais, educacionais, sabemos que fazer silêncio e compreender a manifestação dos colegas faz parte do processo. Gostaria de pedir ao presidente que garanta nosso direito à palavra. Temos ainda parcos 47 minutos e 14 segundos, que pretendemos esgotar com essa discussão extremamente relevante e profícua acerca desse relatório, desse parecer que nos foi solicitado pelo presidente. Tivemos muito empenho e estou muito honrado de apresentar aqui a nossa análise sobre isso, especialmente porque se trata de um veto importante.

É a primeira reforma administrativa que tramita neste Parlamento depois de quantos anos? Quantos parlamentares não tiveram ainda oportunidade de discutir sobre a organização do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, uma vez que isso era feito de maneira autoritária, impositiva, e esta Assembleia funcionava apenas como órgão homologador de decisões que vinham de cima, de leis construídas em gabinetes, sem discussão com os representantes da população.

Considero uma grande honra para mim, Sr. Presidente, ser o relator de um veto relativamente pequeno, de um veto que impacta de maneira positiva sobre a questão orçamentária e que é fruto de um acordo estabelecido entre os parlamentares, entre os representantes da população de Minas Gerais. Realmente, é motivo de grande honra, de grande satisfação para este parlamentar que possamos aqui aprofundar a análise sobre essa questão. Estamos entendendo como superadas a etapa preliminar e as questões referentes à data que serão levantadas.

Gostariamos muito de nos aprofundar no primeiro item, que diz respeito à questão da ouvidoria. Trata-se de um órgão extremamente importante que foi criado, como foi apresentado aqui, por uma lei delegada. A lei delegada, para aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia e que não têm intimidade com a questão do ordenamento jurídico, é um instrumento autorizativo que esta Casa faz, permitindo que o Poder Executivo apresente propostas de ordenamento da estrutura do Executivo que depois serão apenas ratificadas pelo Parlamento. Essa estrutura atual que da administração pública do Estado de Minas Gerais, que foi alterada pela Lei nº 22.620, de 2015, havia sido construída por uma sequência de leis delegadas editadas em alguns momentos nos últimos anos, mas mais notadamente as leis delegadas de 2011. Portanto a Lei nº 180 instituiu esse órgão, que é importante. Em momento nenhum se pensou em eliminar a ouvidoria ou o espaço de escuta da população no campo do ordenamento da estruturação do Poder Executivo. Na proposta original, esse espaço de escuta se daria na secretaria dos direitos humanos, que trataria da participação popular, que foi



criada e que hoje tem à frente o deputado federal Nilmário Miranda. Essa estrutura seria enxugada naturalmente. Hoje ela tem desmembramentos, capilaridades e *status*. Se não é uma secretaria, como de fato não é, não é um órgão autônomo, como está escrito explicitamente nesse parecer; ela tem uma estrutura de custos que a equivalem, em certa medida, do ponto de vista orçamentário, no valor que recebe especificamente. Quanto recebe o ouvidor-geral? Quanto recebe o secretário de estado. Simples assim: equivalência direta, objetiva.

Essa era a proposta. Vamos reduzi-la um pouco, vamos transformar isso numa parte de um todo maior. Mas não foi possível esse consenso aqui na Casa. Acho que isso é um grande avanço, Sr. Presidente, e o ponto que eu queria focar.

Se conseguimos construir um consenso e um acordo nesta Casa e o apresentamos para o Poder Executivo, uma vez que somos representantes da população do Estado de Minas Gerais, e ele é acolhido pelo governador, estamos vivendo, de fato, a plenitude do processo democrático. Estamos vivendo um sistema em que posso dizer que vale a pena eleger um parlamentar, porque as decisões que são emanadas do Plenário da Assembleia Legislativa serão consideradas pelo Poder Executivo e impactarão na minha vida e na vida das pessoas. Esse veto que estamos apreciando neste momento é fruto exatamente da plenitude do processo democrático. A proposta foi apresentada, submetida à análise dos representantes da população, votada, discutida, houve consenso, e os acordos, os consensos aqui construídos foram acolhidos de maneira republicana pelo governador do Estado. Alguém poderia perguntar por que o governador envia uma proposta, apresenta uma sugestão, que é aprovada, e depois ele mesmo a vota. Por responsabilidade com o dinheiro público, com o erário, com aquilo que hoje todos nós conhecemos, com muita clareza. A situação do Estado não admite que não tenhamos rigor, a toda prova, na estruturação, nos custos assumidos pela máquina pública.

Já sabemos que o cobertor será menor que o tamanho do corpo. Já sabemos que teremos dificuldades para dar conta dessa estrutura diante da situação econômica em que o Estado se encontra. Isso, naturalmente, é fruto do processo de desindustrialização, de todo o processo nefasto que culminou na falência, no estado calamitoso em que se encontram as economias do Estado de Minas Gerais. Esse fato já é público, notório e conhecido, objeto de tantas questões cujo processo de esclarecimento ainda está se iniciando.

É importante que fique muito claro que esse veto se sobrepõe em função do respeito do governador com os parlamentares, desde aquele primeiro parlamentar que propôs, lá no início das discussões, que devemos manter a Ouvidoria do Estado de Minas Gerais da forma como ela está estruturada; desde aquele grupo que se organizou em torno dessa defesa e conseguiu aqui dentro, na base da argumentação legítima e da construção de consenso, a viabilização da estruturação e da votação de um projeto de lei. Foi assim para que aquela ideia que brotou da preocupação legítima de alguns parlamentares pudesse ser materializada num grande acordo, que foi celebrado aqui por todos. Afinal de contas, depois de tantos anos, a Assembleia voltou a ter a grandeza e a dignidade de cumprir seu próprio papel, sem precisar terceirizar e sem lhe faltarem condições de lidar com a estruturação do Poder Executivo. Muito pelo contrário, de maneira altiva, a Assembleia recebeu as propostas do governo do Estado, discutiu e construiu consensos em torno da proposição que lhe foi enviada por ele.

Meus amigos, o governo do Estado diz: “Eu entendo que, para administrar melhor o nosso estado, preciso dessa organização, das pessoas que aqui trabalham e de suas colocações”. Esse é o papel do governador. Ele não tem o poder e não deve ter a prerrogativa de achar que sozinho faz e desfaz a organização do Estado do jeito que quiser. Sempre fomos contra isso. Sempre denunciávamos aquilo que parecia poder de império dos antigos governadores do Estado, que eram como antigos czares, como antigos imperadores, que achavam que podiam fazer o que quisessem e que estávamos aqui somente para homologar.

O que houve aqui neste ano foi realmente uma coisa que incomoda, mas incomoda a quem estava acostumado a ver a turma lá de cima, do gabinete, mandando para a Assembleia o que tinha de ser aprovado, enquanto aqui todos ficavam dizendo “amém”, apenas carimbando e homologando as determinações ou as ordens do senhor.

Esse é um tempo que não existe mais. Estamos em um tempo em que o governador, com a autoridade que lhe é conferida pela Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminha a proposta para a Assembleia Legislativa, que tem condição e competência para discutir cada um dos itens, relativos a cada um dos órgãos, e aprovar ou não a proposta que o governador encaminhou. Tendo sido as proposições apreciadas - aprovadas ou não - pela Assembleia Legislativa, cabe ao governador sancionar, acolher o que foi construído e acordado no Parlamento, ou vetar, não aceitar a totalidade da lei ou partes do texto aprovado no Parlamento.

Neste caso, o governador acolheu integralmente os acordos firmados entre os parlamentares. Tudo aquilo que foi discutido, acordado, votado e aprovado no Parlamento de Minas Gerais foi integralmente acolhido pelo governador. Mas, por nosso acordo, acabamos firmando a manutenção de uma despesa, de um custo que, embora legítimo, o governador pretendia reduzir, remanejando as atribuições daquele órgão autônomo para parte de uma secretaria. Ora, se concluímos pela manutenção de um órgão autônomo e isso gerou despesa, tudo bem: o governador faz o veto de parte da estrutura que estava sendo criada e que foi proposta por ele mesmo. Que nome podemos dar a isso? Coerência, responsabilidade com o recurso público, tão suado. Todo trabalhador sabe como o seu dinheiro é suado e como os impostos pesam no seu bolso. Então, a aplicação desse recurso tem de ser responsável. Não podemos criar órgãos achando que não temos de cortar nada. Então, algo foi cortado. O governador toma essa medida, sacrificando parte do seu plano, mas não a sua essência, exatamente para acolher a essência da democracia, do republicanismo.

Esse é o ponto da vitória da democracia e a demonstração pública da transparência e da objetividade com que o governador Fernando Pimentel conduz o nosso estado neste início de governo, em que pesem todas as dificuldades. E certamente nos próximos anos continuará conduzindo o governo do Estado de Minas Gerais de maneira clara, transparente, democrática e objetiva, escutando e respeitando o contraditório, sabendo escutar enquanto o outro fala no momento oportuno. O governador cumpriu com este ritual: encaminhou o projeto de lei, como era sua prerrogativa, no momento em que podia apresentá-lo; ouviu e soube aguardar o tempo da Assembleia Legislativa. Esta Casa recebeu o projeto de lei que foi apresentado com urgência pelo governo do Estado e, durante sua tramitação, discutiu a proposta, até haver um consenso entre oposição, situação e independentes. Em determinado tempo, quando o projeto já estava maduro, o governador soube também receber, escutar e acolher a voz que emana da Assembleia Legislativa, que é a voz da população que eleger os parlamentares.



Estamos falando de um diálogo saudável, em que as pessoas sabem o momento de apresentar seu ponto de vista, o momento de ouvir o contraditório e o momento de encontrar a condição correta de uma composição. Acredito que essa é uma fórmula para o sucesso, não apenas na política, mas em toda a convivência entre as pessoas na sociedade. Temos de ter grandeza para de fato evoluir.

Esse é o retrato; o projeto que culminou nesse pequeno veto apresentado a esta Casa reflete todo esse processo parlamentar de construção, de cidadania, enfim, de tudo que queremos aqui.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado. Primeiro eu continuo com minhas dúvidas em relação ao parecer. Para mim, depois de seis mandatos na Assembleia Legislativa, é estranho ver aqui um parecer que já está sendo discutido, depois de lido, ser refeito. Então, está sendo discutido um parecer que vai ser alterado. É claro que vão surgir questões de ordem em relação a isso.

Depois, no parecer do deputado que foi o relator do projeto, é dito: (- Lê:) "Ressaltamos que, de acordo com o Ofício do Gabinete nº 12/2015, o impacto financeiro anual do projeto, em sua forma original, era de R\$1.016.882,67. Com a apresentação do substitutivo pelo governador, foi encaminhada nova análise de impacto financeiro orçamentário. De acordo com o Ofício do Gabinete nº 83/2015, com as mudanças contidas no substitutivo, o impacto gerado pela criação e extinção de cargos, no montante de R\$585.527,60, será compensado, conforme artigo desta lei, pela extinção de cargos de recrutamento amplo das unidades da administração indireta".

Interessante é que ainda não veio projeto de lei para a Assembleia que extinga esses cargos. Os cargos só podem ser extintos por legislação encaminhada à Assembleia. Outro dado importante é que a ouvidoria custou, em 2014, com toda a sua estrutura, R\$6.126.621,29, e a Seplag, R\$256.374.193,27. Portanto, não há que se falar em economia, deputado Paulo Lamac. O relator do projeto diz que houve uma diminuição, que caíram para metade os gastos. A ouvidoria custa R\$6.000.000,00. Então não há que se falar em gasto.

Há outra coisa importante para dizer, algo de que eu gosto e que faz parte da história. Nós estamos tratando do quarto veto de um governador na história de Minas Gerais. Por quatro vezes um governador vetou um projeto dele mesmo na história de Minas Gerais. É interessante apresentar os números. Desde 1959 - esse é o ano em que a Assembleia começa a sistematizar -, 35.231.000 projetos de leis foram apresentados. Desses, mais de trinta e cinco mil projetos, apenas 403 foram vetados total ou parcialmente. Foram vetados, então, 1,14% dos projetos. E aqui se fala de projeto de deputados e de outros autores. Ou seja, o veto como um todo em Minas Gerais é uma exceção.

No período que se inicia com a redemocratização e com a promulgação da Constituição Mineira de 1989, apenas 161 projetos foram vetados. Essa questão é relevante.

Eu estava dizendo que o governador Fernando Pimentel vetou o texto que ele mesmo apresentou.

Desses quatro governadores que vetaram projetos, dois foram do governador Itamar Franco, vetados integralmente. Um deles era um projeto com um único artigo e estava ligado à doação de imóvel para o município, e a emenda que alterou esse projeto modificava inteiramente o sentido original. Então, o governador o vetou integralmente. Depois houve outro projeto do governador Itamar Franco, sobre doação de imóvel também, que foi vetado pelo governador Aécio. Houve uma outra mudança com emenda parlamentar e o governador Aécio o vetou integralmente. Antes do quarto veto, que é do governador Pimentel, o terceiro veto ocorreu em 1990. Quem vetou? O governador Newton Cardoso vetou integralmente, em maio de 1990, o Projeto de Lei nº 2.135/89, que alterava a lei delegada que dispunha sobre a Fapemg. Durante a tramitação foram aprovadas três emendas parlamentares que alteraram significativamente o conteúdo da proposição. Segundo o governador, tais emendas, pelo seu conteúdo e alcance, se acolhidas, iriam descaracterizar os objetivos do projeto de lei original, fragmentando-o ainda em sua unidade.

O veto que ora examinamos representa um fato inusitado, sem precedentes na história do Poder Legislativo mineiro. Realmente é uma inovação do governo de Fernando, do PT. Ele mesmo vetou um projeto dele, integralmente. Nunca antes na história do Estado de Minas Gerais um governador tinha vetado um projeto dele mesmo. Inclusive, sem nenhuma emenda da oposição. Ele vetou o próprio texto.

Por fim, quero lembrar que só a presidente apresentou 6 mil medidas provisórias no seu governo.

Deputado Paulo Lamac, obrigado por conceder-me este aparte. Sem dúvida, essas questões ainda serão tratadas e imagino que surgirão questões de ordem. Isso é próprio da riqueza do Parlamento e desta discussão que nos faz crescer ainda mais na presença deste mestre: o deputado Bonifácio Mourão, que foi o relator da Constituição do Estado de Minas Gerais e nos acompanha neste debate. Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O deputado Paulo Lamac* - Agradeço ao deputado João Leite, que aqui cumpre e defende galhardamente a sua posição, como parlamentar e na condição de oposição neste Parlamento. Nós o respeitamos e agradecemos-lhe as ponderações.

Naturalmente, antes de conceder a palavra ao nobre deputado João Vítor Xavier, não poderia deixar de fazer uma brevíssima reflexão de que a inovação seja a de respeitar os acordos firmados neste Parlamento. Essa talvez seja uma inovação muito importante que estamos vivenciando agora em Minas Gerais. A Assembleia tem o direito de manifestar-se e de criar consenso, e o governador o acolhe. Como parlamentar, estou vivendo agora o meu segundo mandato nesta Casa e fico feliz em perceber que o governador tem a grandeza de vetar parte de um projeto apresentado por ele mesmo para acolher um acordo construído dentro deste Parlamento.

Sr. Presidente, dentro das questões levantadas, quero ainda, como relator, solicitar a seguinte errata para corrigirmos um erro material que identifiquei na minha leitura e o deputado João Leite o reforçou. Procedo à leitura da seguinte errata: (- Lê:) "No parecer de Plenário do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.620/2015, onde se lê 'As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 600/2014, publicada no *Diário do Legislativo* de 6/2/2014', leia-se: 'As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 13/2015, publicada no *Diário do Legislativo* de 2/4/2015". Então, solicito que seja publicada essa errata, em que sanamos o erro material aqui identificado.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Inicialmente, deputado Paulo Lamac, quero agradecer-lhe a oportunidade do aparte, que será até *sui generis*, dentro de um clima muito tenso e, em alguns momentos, até mesmo hostil, de debate, diálogo e construção



política. Como me disse agora há pouco o Prof. Hely Tarquínio, nosso mestre, com quem gosto muito de dialogar sempre, é do debate que surge a luz. É da discussão que as ideias clareiam.

Então queria, dentro desse debate que V. Exa. faz e dos impactos que causam no orçamento do Estado, que tais medidas fossem tomadas pelo governador. Quero deixar, para que se mostre também uma posição de diálogo e de grandeza da oposição nesta Casa, o registro positivo e elogioso quanto à postura do governador do Estado, Fernando Pimentel, no que diz respeito ao projeto da Cidade das Águas Unesco-HidroEx no Triângulo Mineiro.

Estive neste Plenário há aproximadamente uma semana - talvez duas semanas, para ser mais exato -, fiz um discurso citando a comissão que V. Exa. preside na Casa e o que havia sido afirmado na região pelo secretário de Ciência e Tecnologia, bem como minha discordância daquela posição. Acho que algumas questões estão acima de partidos políticos. Algumas questões não são de governos, algumas questões são de Estado, de nação e de planeta, e a Cidade das Águas Unesco-HidroEx é uma questão assim. Não é uma questão de partido. Merece todo o reconhecimento ao projeto o ex-secretário de Ciência e Tecnologia, o ex-deputado federal Nárceo Rodrigues, que foi o grande mentor dessa ideia, desse projeto e que, junto com inúmeros parceiros, construiu um projeto que está se consolidando e tende a ser um dos maiores centros de excelência em águas do planeta. Já está entre os 15 maiores do mundo, já está como um centro, categoria 2 da Unesco, para as águas e pode se tornar em muito breve tempo - se assim quiser o atual governo e se essa for a sua gestão - um centro de categoria 1 da Unesco para as águas.

Quero destacar que só existem 11 centros desses em todo o mundo, e podemos ter o 12º aqui em Minas Gerais, em nosso estado. Um projeto que foi construído a muitas mãos. Temos de destacar a participação do então presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia. Também há de se destacar que o então presidente Lula foi o primeiro signatário junto à Unesco para que esse projeto não fosse de Minas Gerais, mas do Brasil junto à Unesco. Há de se destacar o que pude presenciar numa belíssima audiência pública realizada na última sexta-feira na cidade de Frutal. Relatava agora há pouco ao deputado Rogério Correia que presenciei em Frutal um petista da Universidade Federal de Viçosa defendendo esse projeto, que foi construído pelo PSDB aqui em Minas. Um petista da ANA defendendo a manutenção desse projeto. Um petista do Ministério de Ciência e Tecnologia defendendo esse projeto. Não é porque seja um projeto do PSDB, mas porque é um projeto de Minas, do Brasil e hoje do mundo, que foi concebido de maneira muito vitoriosa e muito inteligente pelo governo do PSDB, mas que precisa ter continuação pelo governo do PT.

O nosso governo terminou. O povo de Minas Gerais elegeu o governador Fernando Pimentel. O secretário Miguel Corrêa teve uma preocupação muito grande e quis enfatizar que este governo deixará a sua marca. Ora, não estamos discutindo isso. É legítimo, é da democracia, governo se sobrepõe. Cada governo que chega vai dar o seu viés, a sua cara, a sua cor, a sua direção aos projetos que estiverem em curso. O que não podemos aceitar, o que iremos discutir e construir nesta Casa é para que bons projetos sejam criados. Que eles mudem de nome, que mudem de direção é natural, embora não costume ver ninguém dando nome novo para filho dos outros. Pode até dar um apelido, mas o nome sempre continuará o mesmo na certidão de nascimento. No entanto, é natural que cada um dê o seu viés, que cada um dê o seu caminho, afinal foi eleito democraticamente para isso. O que não podemos permitir é que questões de Estado sejam colocadas em segundo plano por questões menores, meramente de disputa partidária. E, nesse aspecto, o governador Fernando Pimentel fez um gesto extremamente importante ao convidar o ex-secretário Nárceo Rodrigues para dialogar sobre o assunto. Foi uma conversa de alto nível, em que dois homens públicos juntos, um no exercício do seu mandato e outro como aquele que concebeu e implantou o projeto, como secretário de Estado, dialogaram sobre a importância desse projeto para Minas Gerais, para o Brasil e para o mundo.

Foi um gesto importante, em que o governador Pimentel mostrou capacidade de diálogo e de construção política madura, que é o que esperamos dele, e eu pessoalmente. Como V. Exa. sabe muito bem, essa é a impressão que eu sempre tive dele. Mesmo quando ministro de Estado, ele sempre manteve suas portas abertas. Lá estive por algumas vezes, sendo muito bem recebido, com muito respeito e consideração.

E quero fazer esse registro de maneira muito clara. Foi um gesto de grandeza, um gesto de maturidade política que deu novos rumos ao projeto Unesco e Hidroex. Preocupou-me muito o que ouvi na audiência pública da Comissão de Educação, primeiro porque alguns dados que foram passados ali não eram verdadeiros; segundo porque percebíamos muito mais um instinto de disputa do que de construção, quando esse não é um projeto a ser disputado. É um projeto consolidado em Minas Gerais, que tem em seu DNA a concepção de um governo do PSDB, com a participação absolutamente legítima e necessária, e que foi fundamental, do governo federal do PT.

Então quero deixar esse registro, deputado Paulo Lamac, para mostrar também que essa é uma oposição que também busca o diálogo; que não se coloca de portas fechadas para o que é interesse de Minas; e que, mesmo tendo sido agredida num determinado momento, num assunto que lhe é muito caro, que é o seu legado, de maneira injusta naquele caso, não se furtou ao diálogo naquilo que é interesse de Minas.

Então, escutando V. Exa. dizer que este é um governo que está buscando o diálogo, talvez até de maneira - nas palavras de V. Exa. - inédita, quero registrar também que esta é uma oposição que, muito responsável e coerentemente, coloca-se, de maneira flexível, à disposição para dialogar sobre o que for do interesse de Minas, talvez de uma maneira inédita e talvez com uma tolerância que não tivemos nos nossos 12 anos de governo. E assim vamos construindo o que acreditamos ser o ideal para o nosso Estado. V. Exa., com a responsabilidade de governar, e esta oposição, com a responsabilidade de dialogar, cobrar, mas, acima de tudo, com a coerência de sempre se colocar à disposição para construir o que é do interesse de Minas, somos adversários políticos no campo ideológico, mas jamais nos colocaremos como adversários de Minas Gerais, como muitas vezes já vimos acontecer na política do nosso país. Muito obrigado a V. Exa. pela oportunidade do aparte.

O deputado Paulo Lamac* - Não esperávamos outra posição de V. Exa., e, certamente, a condução do Estado pelo governador seguirá essa linha, que é uma premissa e sempre foi em sua vida pública.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antonio Jorge

exonerando, a partir de 5/5/2015, Isaura Maria Cardoso Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Nathália Ribeiro Fernandino de Andrade para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Fernando Raimundo Simon do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Ricardo Manoel de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.